Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2018

PRODESP
Tecnologia da Informação

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Interessados,

Em consonância com seu Plano de Negócios de 2018, a Prodesp manteve como foco de atuação os chamados projetos estruturantes de sistemas de informação e de infraestrutura de TIC, isto é, aquelas soluções que já estão trazendo ou trarão ganhos expressivos para a gestão do Estado e o atendimento ao cidadão.

Nesse sentido, dentre as entregas efetuadas no período, destaque para a evolução do Poupatempo 2ª Geração, com a criação de um novo canal telefônico de atendimento automático e o início da implantação do Sistema de Relacionamento com o Cidadão; a extensão do Inquérito Policial Eletrônico para todas as cerca de 1,4 mil unidades policiais do Estado; a conclusão da implantação do licenciamento integrado no portal Via Rápida Empresa, da Jucesp, permitindo a legalização de negócios totalmente pela Internet; e a elevação do nível de maturidade de implantação do S4SP, sistema que vem sendo adotado pela rede de hospitais e ambulatórios da Secretaria da Saúde.

Em termos dos projetos estruturantes de infraestrutura de TIC, podem ser mencionadas a contratação da Intragov V, a ser implementada a partir de março de 2019, cujo processo licitatório resultou em preços 44,11% menores do que aqueles atualmente pagos pelos órgãos do Estado pelos links de comunicação de dados da Intragov IV; e a expansão da telefonia digital, a Intragov VoIP, para novos órgãos. Especificamente em relação à Intragov VoIP, vale ressaltar a aferição dos primeiros resultados de economia para os cofres públicos, que ficaram bastante acima do percentual inicialmente projetado.

Também merecem especial menção os resultados alcançados em dois importantes programas do Governo do Estado de São Paulo conduzidos pela Prodesp: o Poupatempo e o Acessa SP. Em 2018, foi implantado o 72º posto do Poupatempo, na cidade de São Vicente. Paralelamente, o Poupatempo Santo Amaro foi transferido para um shopping center, com total isenção de aluguel para o Estado. Já no âmbito do Acessa SP, com o intuito de adequá-lo às novas demandas, foram instalados os três primeiros Acessa Campus, espaços de coworking público que objetivam incentivar o desenvolvimento da economia criativa e do empreendedorismo.

Do ponto de vista financeiro, a receita líquida de vendas apresentou leve oscilação negativa de 0,6%, ainda em decorrência da manutenção da política de repasse dos ganhos de produtividade aos clientes, mediante descontos, não reajuste de preços ou reajuste abaixo dos índices oficiais. O resultado líquido do exercício, porém, foi 120,7% superior ao de 2017, muito em função dos esforços para redução dos custos dos serviços e de despesas. A produtividade média por empregado manteve a trajetória ascendente dos últimos anos, crescendo 4,3% em relação ao ano anterior.

Dentro do processo de adequação à Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), em 2018 foi instalado o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e entrou em vigor o novo Código de Conduta e Integridade da empresa, bem como foi aberto na Internet Canal de Denúncias, possibilitando a qualquer interessado, com total sigilo, denunciar práticas de corrupção, fraudes e outros ilícitos envolvendo a companhia ou seus funcionários.

O resultado da Pesquisa Anual de Satisfação dos Clientes, realizada por instituto independente, superou a marca de 2017, passando de 8,14 para 8,26, melhor resultado em oito anos. A satisfação dos funcionários, medida por meio de pesquisa de clima organizacional conduzida por consultoria especializada, também teve o seu melhor resultado em oito anos de aferição, 74,31%, ficando, assim, muito próxima da meta perseguida de 75%.

Duas novas janelas de adesão ao Programa de Demissão Voluntária foram abertas no exercício. Mais 49 funcionários entraram no PDV, chegando-se, dessa forma, ao total de 142 adesões entre 2017 e 2018, o que proporcionará uma economia estimada de cerca de R$ 20 milhões/ano nas despesas com pessoal.

Os investimentos em capacitação técnica, administrativa e gerencial de funcionários atingiram R$ 1,2 milhão e cerca de 44,9 mil horas/homem em 2018.

Para atendimento à Lei federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), que dispõe sobre a proteção de dados pessoais, foi instituído grupo de trabalho com a finalidade de se avaliar o impacto do novo dispositivo legal na atuação da empresa e propor ações de adequação, para que a companhia esteja em conformidade até o prazo final estabelecido de 18 meses.

Em relação à estrutura organizacional, cumpre destacar a transformação da Gerência de Qualidade, Inovação e Metodologia em Núcleo de Inovação Tecnológica da Prodesp, com as atribuições de fazer a gestão da política de inovação da empresa.

No campo da responsabilidade social, entre várias outras ações realizadas no período, o destaque foi a participação na Campanha do Agasalho promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. As doações de funcionários da Prodesp, do Poupatempo, de empresas parceiras e do cidadão usuário do Poupatempo totalizaram perto de 507 mil peças de roupas, calçados e cobertores, que beneficiaram 230 instituições e obras sociais de todo o Estado.

A seguir, são apresentados de forma detalhada esses e outros resultados da companhia em 2018. A íntegra do Relatório de Administração e de Sustentabilidade da Prodesp, do ano de 2018, encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas e demais interessados na sede da empresa e na Internet, no endereço www.prodesp.sp.gov.br.

Carlos André de Maria de Arruda
Diretor-Presidente

1 ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Poupatempo

Em 2018, São Paulo ganhou uma nova unidade do Poupatempo, na cidade de São Vicente. Com isso, chegou-se a 72 postos fixos do programa distribuídos por todo o Estado, além de uma unidade móvel que atende na Capital e Grande São Paulo. O Poupatempo Jacareí foi transferido para um novo espaço, o que trouxe economia de aluguel para a prefeitura local e a disponibilização de serviços estaduais e municipais na região central da cidade. Também o Poupatempo Santo Amaro mudou de endereço, para um espaço de cerca de 4,8 mil metros quadrados dentro de um shopping center, o que permitiu a modernização de suas instalações e proporcionará ao Estado uma economia anual de mais de R$ 3 milhões com a isenção do aluguel. Diferentes postos passaram a oferecer novos serviços estaduais ou municipais, como os da Imprensa Oficial, no Poupatempo Lapa; a emissão emergencial de RG para viagens, na unidade Campinas Shopping; e o cadastramento de cães e gatos para castração, no posto de São José do Rio Preto. O sistema de agendamento, que permite atendimento com hora marcada, foi estendido para novos serviços, como os do Tribunal Regional Eleitoral, em 14 postos; da Sabesp, em 16 postos; e do Procon, em 3 postos. Ocorreu, ainda, o desenvolvimento de uma grade de atendimento inteligente, que permitirá otimizar, de forma automática, a distribuição de horários com base no comportamento histórico do posto. A nova agenda foi colocada em operação piloto nos Poupatempo Jundiaí e São Bernardo do Campo. Ao longo do ano, o Poupatempo realizou uma média de 128 mil atendimentos diários e ultrapassou a marca de 614 milhões de atendimentos acumulados desde sua criação em 1997. Na pesquisa anual de satisfação do cidadão, realizada por instituto independente, o Poupatempo obteve 98,82% de aprovação. Em 2018, pelo quarto ano consecutivo, o Poupatempo foi eleito pelos paulistanos, em pesquisa do Datafolha, o Melhor Serviço Público de São Paulo. *[Secretaria de Governo]*

Poupatempo Segunda Geração

No âmbito das iniciativas do Poupatempo 2ª Geração, que visa oferecer uma maior gama de serviços eletrônicos e canais de atendimento simplificados, houve a criação de um novo canal de atendimento automático, por meio de telefone e com o uso de URA (Unidade de Resposta Audível), disponível 24 horas por dia e onde o cidadão pode obter informações sobre serviços e agendar atendimento. Também foram implantadas novas versões do Portal do Poupatempo, com melhor usabilidade e interface responsiva, para adaptação automática às telas de dispositivos móveis, e do Poupinha, o assistente virtual inteligente que auxilia o cidadão no Portal do Poupatempo, fornecendo informações sobre serviços e ajudando a agendar atendimento. Em 2018, o Poupinha realizou mais de 5,1 milhões de agendamentos e trocou cerca de 120 milhões de mensagens com o cidadão. Os totens de autoatendimento ganharam novos serviços relacionados à Carteira de Habilitação e a veículos. Hoje, o Poupatempo conta com 114 totens de autoatendimento, sendo 31 deles em espaços fora dos postos, como shopping centers, supermercados e estações do Metrô e da CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. No ano, 4,7 milhões de transações foram realizadas nesses totens, entre serviços e agendamentos. O Sistema de Atendimento, que permite acompanhar cada passo do processo de atendimento ao cidadão, da sua identificação à conclusão do serviço, foi estendido para 22 novos postos. Já o Sistema de Relacionamento, que facilitará a interação com o cidadão, por meio da oferta de serviços ou informações personalizadas, de acordo com o seu perfil, teve desenvolvidas as quatro primeiras interações. O cidadão que usa um dos 29 postos que já contam com o Sistema de Atendimento pode, se for o caso, receber mensagens de e-mail sugerindo a criação de senha forte ou o complemento de cadastro para acesso a serviços eletrônicos; estimulando a troca do agendamento presencial de serviços pelos canais virtuais; ou divulgando campanhas/assuntos de interesse específico do cidadão e/ou do Poupatempo. *[Secretaria de Governo]*

SP Serviços

O hub de aplicativos mobile do Governo do Estado de São Paulo, que reúne num único local dezenas de apps de diferentes órgãos estaduais, ganhou mais três novos aplicativos que permitem emitir segunda via de conta e informar vazamentos e falta de água (Sabesp); comunicar problemas ou sugerir melhorias nas rodovias estaduais operadas por concessionárias, inclusive com o envio de fotos ou vídeos (Artesp - Agência de Transporte do Estado de São Paulo); e realizar serviços relativos ao Gedave - Sistema de Gestão da Defesa Animal e Vegetal (Secretaria de Agricultura e Abastecimento). Também foram disponibilizados novos serviços em aplicativos já existentes, como a indicação de motorista infrator por meio de selfie, com assinatura na tela sensível do próprio dispositivo (Detran.SP; a consulta sobre a qualidade das praias (Cetesb); a doação automática de cupons fiscais da Nota Fiscal paulista a entidades específicas (Secretaria da Fazenda e Planejamento); e o registro de consultas/reclamações de consumidores (Procon-SP). Uma das iniciativas do Poupatempo 2ª Geração, o SP Serviços conta atualmente com 43 apps. No encerramento de 2018, o SP Serviços e seus aplicativos, somados, contabilizavam 17,2 milhões de downloads acumulados desde 2014, ano de seu lançamento. *[Vários Órgãos]*

AcessaSP

A reestruturação do programa Acessa São Paulo, com o objetivo de ampliar a eficiência na gestão e na prestação dos serviços, teve prosseguimento em 2018, com a desativação de 97 postos que apresentaram taxa de ocupação inferior a 50% por seis meses consecutivos. O programa encerrou 2018 com 455 postos em funcionamento, em 338 municípios. No ano, foram ampliados os serviços do AcessaSP em assentamentos estaduais em parceria com a Itesp - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Onze centros digitais, com computadores e conexão à internet, estão em implantação no Pontal do Paranapanema. Também foi revitalizado o posto do AcessaSP no CIC - Centro de Integração da Cidadania da Barra Funda, na Capital, para ampliar o atendimento a imigrantes e refugiados. Em outra frente, foram instalados três espaços piloto do Acessa Campus, projeto de coworking público criado pelo Governo do Estado para impulsionar a economia criativa. A inovação visa também ampliar a eficácia do AcessaSP na prestação dos serviços, tornando-o mais aderente às demandas atuais da sociedade. Os três postos de coworking público, instalados na Etec Parque da Juventude, no Memorial da América Latina e na Biblioteca do Parque Villa-Lobos, na Capital, têm capacidade para atender 120 empreendedores individuais, micro ou pequenas empresas selecionados por chamamento público, os quais têm à sua disposição salas de trabalho compartilhadas, com acesso à Internet, mentoria e capacitação. Resultado de parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, a Organização Social SP Leituras e a Fundação Telefônica, o Acessa Campus busca desenvolver pessoas e equipes, aprofundando seus conhecimentos e acelerando seus projetos e negócios. Em 2018, os residentes tiveram a oportunidade de participar de 140 eventos de formação empreendedora, por meio de parcerias sem custo para o Estado. Criado há 18 anos, o AcessaSP já realizou mais de 95 milhões de atendimentos e conta com cerca de 3,5 milhões de usuários cadastrados, 101 mil dos quais em 2018. *[Secretaria de Governo]*

Acessa Campus

Poupatempo Santo Amaro

continuação

2 DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Detecta
As cidades de São Carlos e de Santos tiveram suas câmeras de videomonitoramento e leitores de placas de veículos conectados ao Detecta, sistema inteligente que auxilia as Polícias Civil e Militar na prevenção e combate à criminalidade. As prefeituras interligadas ao sistema passam a ter acesso em tempo real aos alertas de potenciais situações suspeitas/crimes emitidos pelo Detecta para sua região. O Detecta agrega e correlaciona diferentes bases de dados, como as de boletins de ocorrência, de veículos furtados e roubados e de chamados do 190, além de imagens - em tempo real ou armazenadas - de câmeras públicas e privadas. O Detecta encerrou o ano de 2018 com cerca de 3,2 mil leitores automáticos de placas de veículos e 1,7 mil câmeras de videomonitoramento ativos no sistema, mais de 9 mil usuários cadastrados e 120 milhões de pesquisas realizadas pelas viaturas da Polícia Militar, acumuladas desde setembro de 2015, ano em que o sistema começou a operar. *[Secretaria da Segurança Pública]*

Modernização da Delegacia Eletrônica
Desenvolvida em 2017, a nova versão da Delegacia Eletrônica, sistema que permite o registro de boletins de ocorrência pela Internet, foi colocada em operação em 2018. Com ela, já na primeira tela o cidadão sabe com clareza se a natureza de sua ocorrência permite fazer o BO pela Internet ou não. Durante o registro, ele é conduzido por um passo a passo, garantindo que todas as informações necessárias sejam fornecidas. A nova Delegacia Eletrônica também é responsiva, isto é, se adapta automaticamente à tela de dispositivos móveis. O objetivo da modernização da Delegacia Eletrônica é estimular seu uso pelo cidadão, dispensando sua ida até uma unidade policial. Em 2018, cerca de 37% dos BOs registrados nas delegacias físicas poderiam ter sido feitos pela Internet, dada a natureza das ocorrências. Esse número foi de 46% em 2017 e 44% em 2016. O maior uso da Delegacia Eletrônica proporcionará comodidade e rapidez a quem faz o BO pela Internet, bem como, com a diminuição do fluxo às delegacias físicas, permitirá um melhor atendimento àqueles que necessitam registrar a ocorrência presencialmente. *[Secretaria da Segurança Pública]*

Inquérito Policial Eletrônico
O sistema que permite que todas as etapas de um inquérito, da instauração ao seu ajuizamento junto ao Tribunal de Justiça, sejam realizadas de forma eletrônica, foi estendido para mais cerca de 600 unidades da Polícia Civil. Com isso, já está disponível para todas as mais de 1400 unidades policiais do Estado de São Paulo. A aplicação também recebeu melhorias durante o ano, como o envio automático de e-mail ao Ministério Público, sempre que se tratar de inquérito de flagrante, e a disponibilização da pasta digital do inquérito no Portal de Documentos, possibilitando sua consulta, por exemplo em uma audiência de custódia, caso a pasta do Tribunal de Justiça esteja temporariamente indisponível. O Inquérito Policial Eletrônico dá maior rapidez aos procedimentos de instauração, condução e ajuizamento; proporciona economia de tempo e dinheiro, com a dispensa do transporte físico de documentos em papel; libera espaço nas delegacias com o fim dos arquivos físicos; e elimina o risco de extravio ou perda de documentos. A segurança de todo o processo é garantida com o uso de certificação digital. *[Secretaria da Segurança Pública/Tribunal de Justiça]*

Poupatempo do Empreendedor
Houve a conclusão da integração dos dois últimos órgãos estaduais licenciadores ao Portal Via Rápida Empresa: o Corpo de Bombeiros (empreendimentos de alto risco) e a Cetesb (empreendimentos de baixo e alto riscos). Com exceção de casos excepcionais, o empreendedor interessado pode executar pela Internet todos os procedimentos necessários para legalização de seu negócio, com a obtenção online de um Certificado de Licenciamento Integrado, com as autorizações, conforme o tipo de negócio, do Corpo de Bombeiros, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, do Centro de Vigilância Sanitária e da Cetesb. Além dos órgãos licenciadores, o Poupatempo do Empreendedor reúne centenas de prefeituras, que são responsáveis pela análise da viabilidade de localização dos empreendimentos. A cidade de São Paulo tornou-se, em dezembro de 2018, o 339° município paulista a aderir ao Poupatempo do Empreendedor, solução que desburocratiza o processo de abertura de empresas, traz comodidade e economia de tempo e dinheiro ao empreendedor, e minimiza a redundância de dados e erros cadastrais. Desde abril de 2017, já foram legalizados de forma integrada no Poupatempo do Empreendedor cerca de 400 mil negócios. Em 75% dos casos, o processo de licenciamento foi finalizado em até cinco dias. *[Junta Comercial do Estado de São Paulo]*

Compras Eletrônicas
A Bolsa Eletrônica de Compras, que já proporcionou aos cofres públicos uma economia estimada de mais R$ 31 bilhões em 18 anos nas aquisições de bens e serviços, foi incrementada com a implantação do Preços SP, ferramenta que, a partir dos dados das contratações efetuadas, fornecerá os preços médios, mínimos e máximos praticados para cada item. Essas informações poderão ser utilizadas pelas diferentes unidades compradoras do Governo em substituição às pesquisas de preços para formulação do preço de referência, trazendo mais agilidade e redução de custos no ciclo de compras. Também foi iniciado, pelo modo de disputa aberto, o desenvolvimento das funcionalidades para disponibilizar as novas modalidades licitatórias previstas na Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). Ocorreu, ainda, o desenvolvimento da primeira etapa do SCT - Sistema de Consolidação de Informações ao Tribunal de Contas do Estado, que centralizará e encaminhará ao sistema Audesp (Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos), as informações relativas às licitações realizadas pelos órgãos das administrações direta e indireta do Estado de São Paulo, capturadas automaticamente na BEC, no Siafem e no Siafísico ou inseridas pelos próprios órgãos diretamente no SCT, no caso de informações não contempladas no processo de coleta automático. *[Secretaria da Fazenda e Planejamento]*

Controle sanitário de alimentos
O módulo de Gestão de Agrotóxicos do Gedave - Sistema de Gestão da Defesa Animal e Vegetal, que permite o rastreamento de todo o ciclo do uso de agrotóxicos na agricultura paulista, desde sua produção ou importação até o descarte de resíduos e das embalagens vazias, passou por melhorias, como o desenvolvimento de webservices para envio online de informações por parte das empresas integrantes dessa cadeia produtiva. A funcionalidade foi colocada em homologação, tendo sua implantação prevista para 2019. Paralelamente, teve continuidade o desenvolvimento do Módulo de Controle de Antígenos e Tuberculinas, substâncias veterinárias utilizadas nos exames de tuberculose e brucelose, com a disponibilização de funcionalidades para controle de entrada, saída, requisição e descarte desses insumos e consultas públicas. Também foi iniciada a implantação do Módulo de Mitigação de Riscos, onde os produtores rurais deverão registrar ações de combate ao cancro cítrico em suas propriedades, bem como colocado em operação piloto o Módulo de Controle de Viveiros de Plantas e Mudas, relativo à cultura de citros, café e seringueira. Além de oferecer uma série de recursos que facilitam a vida do produtor rural, como a emissão de guias de transporte animal e vegetal via Internet, o Gedave torna mais eficiente o controle da qualidade sanitária de produtos agropecuários no Estado. *[Secretaria de Agricultura e Abastecimento]*

Saúde Pública
Teve prosseguimento a implantação do S4SP, sistema de gestão da saúde que está padronizando e centralizando as informações de atendimento na rede pública estadual. Mais doze unidades de saúde, entre hospitais e ambulatórios chegaram ao nível de maturidade 3. Agora já são 16 unidades nesse nível, que é atingido quando estão informatizadas as áreas de atendimento médico - admissão de pacientes, controle de leitos, agendamento, laboratório de análises clínicas etc - e de faturamento ao SUS. Também foi implantada, em cinco unidades, a primeira versão do Registro Eletrônico de Saúde, que permite ao médico visualizar todo o histórico de atendimento do paciente na unidade, como internações, exames e procedimentos à que foi submetido, direto no celular, facilitando o atendimento junto aos leitos. Hoje, 33 unidades de saúde, que somam 38 locais de atendimento, estão com o S4SP em diferentes estágios de implantação. Em outra frente, o recurso de controle de lote e validade dos medicamentos do sistema GS-Net, adotado em caráter piloto na Farmácia de Alto Custo de Guarulhos em 2017, foi levado para outras 25 farmácias de alto custo do Estado. Integrado ao Medex - Sistema de Dispensação de Medicamentos Excepcionais, esse recurso garante a rastreabilidade do medicamento dispensado, além de permitir gerenciar o estoque de forma a priorizar sempre a liberação dos medicamentos com data de vencimento mais próxima, evitando-se assim perdas por expiração do prazo de validade. O GS-Net informatiza a gestão de toda a cadeia de suprimentos da Secretaria da Saúde, do planejamento das compras e controle de estoque até a entrega dos medicamentos ao cidadão ou a unidades de saúde. Entre seus benefícios, estão a redução de custos, controles financeiros mais precisos, diminuição do desperdício e maior garantia de disponibilidade dos medicamentos para a população. *[Secretaria da Saúde]*

Secretaria Escolar Digital
Construído modelo preditivo baseado em inteligência artificial que permitiu identificar, em cada uma das cerca de 5,5 mil escolas estaduais, alunos com alto risco de evasão escolar. A probabilidade de evasão, calculada a partir de uma série de premissas, foi encaminhada a cada escola, com o intuito de que estas implementem ações que estimulem a permanência de tais estudantes em sala de aula. Pais e alunos ganharam o aplicativo Minha Escola SP, que permite consultar no celular as notas dos alunos, fazer o download do boletim e avaliar a merenda escolar, além de trazer uma versão eletrônica da Carteira de Estudante. O objetivo do aplicativo é aumentar o engajamento dos alunos com a escola e a participação da família em sua vida escolar. O Sistema de Atribuição de Aulas foi remodelado e tornou-se um módulo da Secretaria Escolar Digital. Do mesmo modo, também foi migrado para a plataforma o Sistema de Gestão da Merenda Escolar, que contempla os processos de planejamento, compra, gestão dos contratos de fornecimento, estocagem, distribuição e controle financeiro, atendendo a cerca de 3,4 mil escolas estaduais. O funcionamento da Secretaria Escolar Digital é análogo ao de uma solução ERP, integrando numa única plataforma os diferentes processos administrativos de uma escola. *[Secretaria de Educação]*

Via Fácil Bombeiros
O portal que permite solicitar o licenciamento de edificações junto ao Corpo de Bombeiros pela Internet, com envio da documentação, inclusive a planta do imóvel, pagamento de taxas e emissão da licença, ganhou novos módulos: os Sistemas de Fiscalização e de Credenciamento. O primeiro deles gerencia todos os procedimentos relacionados à atividade de fiscalização, como a emissão de ordens de fiscalização, relatórios de vistoria, aplicação e pagamento de multas, e entrada/acompanhamento de recursos. Os interessados podem acompanhar todo o processo pela web. Já o Sistema de Credenciamento cadastra e controla as escolas de formação de bombeiros civis e os profissionais habilitados nesses locais. O Via Fácil Bombeiros simplifica e padroniza a solicitação e a emissão de licenças do Corpo de Bombeiros (AVCB e CLCB), diminui o risco de fraudes e reduz custos para o Estado e os interessados. Permite, inclusive, que o cidadão consulte a existência e/ou a autenticidade da licença de qualquer edificação por meio de aplicativo disponível no SP Serviços. *[Corpo de Bombeiros]*

Habilitação e Veículos
Em atendimento à Resolução Contran n° 729/2018, foram realizadas as adequações sistêmicas necessárias para a adoção da placa veicular no padrão Mercosul. As modificações envolveram sistemas de diferentes órgãos, como os do Detran.SP, das Secretarias da Segurança Pública e da Fazenda e Planejamento, e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Em 2018, também ocorreu a implantação da CNH Digital no Estado, versão eletrônica do documento que fica disponível no celular do condutor, eliminando a necessidade do porte do documento em papel. Houve, ainda, o desenvolvimento de solução que será implantada em 2019 para renovação simplificada da CNH. Desde que não haja necessidade de alteração de dados do prontuário, ela permitirá que o condutor realize o serviço sem ir a qualquer unidade do Detran.SP. Bastará fazer a solicitação na Internet, realizar o exame médico em um perito credenciado, pagar a taxa e aguardar o documento chegar pelos Correios. O sistema e-CNHsp ganhou funcionalidade que permite aos centros de formação de condutores agendarem o exame prático de direção de seus alunos direto na Internet. Outra funcionalidade análoga, a ser disponibilizada em 2019, também foi desenvolvida para que o cidadão marque via web o exame teórico da Carteira de Habilitação. *[Detran.SP]*

Recursos Humanos do Estado
A primeira fase de desenvolvimento do sistema que possibilitará a gestão completa da vida funcional dos servidores da administração direta e autárquica, que abrange os processos de ingresso, foi concluída e colocada em homologação. O Sistema RH-Folha contemplará todos os eventos da vida funcional, como ingresso, controle de frequência, benefícios e vantagens, evolução na carreira, contagem de tempo e concessão de aposentadoria/pensão. Entre outras vantagens, o sistema RH-Folha proporcionará uma governança de RH mais efetiva, disponibilizará automaticamente informações para cálculo da folha de pagamento do Estado, agilizará a obtenção de informações consistentes e os processos de concessão de benefícios e aposentadoria, bem como reduzirá custos com a eliminação de controles paralelos e processos manuais. Adicionalmente, para atender aos requisitos de integração ao novo sistema, houve a modernização do Portal de Concursos, que trata de todo o processo de publicação, execução e conclusão dos concursos públicos estaduais. *[Secretaria da Fazenda e Planejamento]*

Multas Municipais de Trânsito
Os municípios usuários do SIM - Sistema Integrado de Multas passaram a contar com novos recursos. Entre as novidades, estão o talonário eletrônico, que possibilita o uso de dispositivos móveis para lavratura das multas; o cadastramento de veículos públicos isentos, isto é, que, de acordo com lei municipal, não podem ser multados; a aplicação de multas a pessoas jurídicas que não indicam o condutor de veículos autuados; e a emissão e gestão de cartões de estacionamento para idosos e deficientes. Integrado ao Detran.SP e já utilizado por 53 municípios paulistas, o SIM é uma solução que possibilita o gerenciamento completo do ciclo de vida das multas de trânsito: da autuação e envio das notificações ao infrator até o pagamento, a interposição e o julgamento de recursos. *[Prefeituras]*

Outras Ações
- Implantação do Talonário Eletrônico de Multas para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, permitindo a autuação de motoristas infratores direto em dispositivos móveis, o que dispensa a transcrição ou digitalização dos autos, minimiza erros e agiliza o encaminhamento das respectivas notificações ao cidadão.
- Integração do Sistema da Vara das Execuções Criminais, do Tribunal de Justiça do Estado, ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, plataforma do Conselho Nacional de Justiça que permite acompanhar em tempo real o cumprimento das ordens de prisão e de soltura expedidas em todo o País.
- Disponibilização de Sistema de Gestão para a realização dos feirões de sorteio de crédito imobiliário da Secretaria de Habitação, envolvendo 961 apartamentos na cidade de São Paulo e 43 mil imóveis em 14 regiões administrativas do Estado e na Capital.
- Implantação no Sistema de Informação em Vigilância Sanitária, do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde, de recurso para emissão e gestão informatizada de multas aplicadas a estabelecimentos infratores.
- Manutenção evolutiva do Siscoe - Sistema de Contas Estaduais, do Tribunal de Contas do Estado, com melhorias nos Relatórios de Síntese e Consolidado, entre outros ajustes.
- Início do desenvolvimento de assistente virtual inteligente, do tipo chatbot, para auxiliar os usuários do sistema e-CNHsp - médicos, psicólogos e centros de formação de condutores envolvidos nos processos de expedição da Carteira de Habilitação.
- Incremento do Sistema de Apoio às Fiscalizações, da Arsesp - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, com a disponibilização de rotina para análise e gestão das manifestações das concessionárias fiscalizadas.
- Implantação de funcionalidade no Sistema de Frentes de Trabalho que permite à Secretaria de Desenvolvimento Econômico convocar candidatos para complementar turmas cujas vagas não foram totalmente preenchidas.
- Adoção de melhorias no Sistema de Ato Convocatório e Cobrança, do DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica, contemplando, entre outras funcionalidades, o cálculo da cobrança e o cadastro de empreendimentos para uso de recursos hídricos.
- Desenvolvimento e implantação em caráter piloto do Canal de Denúncias da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, que permite a qualquer interessado denunciar pela Internet situações em desacordo com o Código de Conduta e Integridade da companhia, como fraudes, irregularidades contábeis e fiscais, entre outras violações.
- Implantação do site Trabalho sem Assédio Sexual - www.trabalhosemassediosexual.sp.gov.br -, da Corregedoria Geral da Administração, que permite a qualquer servidor que tenha sido vítima ou presenciado situação de assédio registrar uma denúncia.
- Disponibilização de novas funcionalidades no Sistema de Ouvidorias, da Ouvidoria Geral do Estado, possibilitando a usuários autorizados, por exemplo, a reabertura e reclassificação de demandas já encerradas.
- Expansão do SP.Doc, solução referencial de gestão de documentos do Arquivo Público do Estado, para novos órgãos, como o Hospital das Clínicas de São Paulo, o Centro Paula Souza e o DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica, entre outros.
- Desenvolvimento de aplicativo, em homologação pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que permitirá ao servidor estadual da administração direta consultar em dispositivos móveis demonstrativos de pagamento e atestados de rendimento.
- Implantação de Sistema Integrado de Atendimento ao Consumidor para o Procon-SP, permitindo a gestão unificada das consultas e reclamações recebidas pelo órgão em seus diferentes canais de atendimento ao cidadão.
- Disponibilização de novas funcionalidades no portal da PGE - Procuradoria Geral do Estado que permitem ao contribuinte, diretamente na Internet, solicitar o parcelamento de débitos da dívida ativa (Simples Nacional e ICMS - Substituição Tributária), bem como ofertar precatórios como forma de pagamento.
- Implantação da Folha de Antecedentes Criminais Digital, no sistema de Identificação Criminal, da Polícia Civil, reduzindo custos para o Estado, com a eliminação do papel, e agilizando o atendimento a solicitações do documento por órgãos como o Tribunal de Justiça.
- Integração do Sistema de Identificação Civil, do IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt à Receita Federal do Brasil, possibilitando a emissão do CPF a menores de 16 anos quando estes solicitam sua primeira Carteira de Identidade.
- Interligação do Sistema de Agendamento de Teleaudiências Criminais ao Sistema de Movimentação da População Carcerária, da Secretaria da Administração Penitenciária, para consulta do paradeiro e situação do preso, agilizando os procedimentos de marcação das audiências à distância, que permitem ao juiz ouvir o interno sem que este saia do estabelecimento prisional.
- Implantação do Sistema Lei Paulista de Incentivo ao Esporte, da Secretaria de Esportes, que permite a qualquer interessado, via Internet, encaminhar e acompanhar a aprovação de projetos para captação de patrocínio mediante renúncia fiscal do ICMS pelo Estado.
- Criação de funcionalidade no Sistema IPVAnet para que os contribuintes, a partir do site da Secretaria da Fazenda e Planejamento, consultem e emitam gratuitamente certidões de recolhimento, isenção, imunidade ou dispensa do pagamento do IPVA.
- Implantação de nova funcionalidade no Sistema de Gestão de Flagrantes, da Defensoria Pública do Estado, para facilitar a pesquisa de flagrantes de violência doméstica.
- Inserção na base do Detran.SP da pontuação de infrações cometidas em outros estados por condutores registrados em São Paulo para que a mesma seja considerada nos processos de suspensão e cassação da Carteira de Habilitação.
- Implantação de funcionalidade no Sistema de Medicina Legal, do Imesc - Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo, para controle do pagamento de perícias médicas pelas partes do processo nos casos em que o Tribunal de Justiça determinou sua não gratuidade.
- Realização de consulta e audiência públicas visando a definição do procedimento licitatório para contratar serviços de coleta biométrica unificada, tendo em vista a operacionalização do Sistema Estadual de Coleta e Identificação Biométrica Eletrônica, criado pelo Decreto estadual nº 63.299/2018.
- Estabelecimento de 120 indicadores para acompanhar a evolução da adoção das principais soluções desenvolvidas pela Prodesp para os diferentes órgãos estaduais.

continuação

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2018

PRODESP
Tecnologia da Informação

3 OPERAÇÕES E INFRAESTRUTURA

Capacidade Computacional

Em 2018, a Prodesp realizou investimentos da ordem de R$ 39,1 milhões na infraestrutura computacional de seu Data Center, que atende a diferentes órgãos públicos estaduais. Além de garantir a atualização tecnológica do parque instalado, os investimentos proporcionaram o aumento da capacidade operacional, possibilitando o atendimento a novas demandas, a oferta de novos serviços e a prática de preços mais competitivos. Entre outras ações, destaque para a adição de novos servidores físicos aos clusters da infraestrutura de virtualização, o que permitiu sua modernização e a expansão da capacidade de hospedagem de novos serviços; a ampliação do sistema de monitoramento em videowall para visualização simultânea de maior número de aplicações críticas; e o upgrade de ferramentas dos diferentes ambientes, como sistemas operacionais e bancos de dados, entre outras. Também foi concluída licitação para modernizar e expandir o ambiente de back-up, que hoje envolve a realização de cópias de segurança e restaurações de mais de 3,6 mil servidores internos e de clientes e o gerenciamento da retenção de mais de 3 PB (petabytes) de dados armazenados nos storages e sistemas robóticos.

Intragov

A Rede de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo, infraestrutura única de provimento de serviços intranet e internet à administração estadual, chegará à sua quinta versão a partir de março de 2019, quando começará a vigorar um novo contrato com a operadora dos serviços, resultante de procedimento licitatório realizado pela Prodesp em 2018. A cada nova versão, que dura cinco anos, a Intragov avança tecnologicamente e reduz de forma expressiva os gastos do governo com comunicação de dados. A licitação da Intragov V resultou em uma redução de 44,11% em relação aos valores pagos pelo Governo no contrato da Intragov IV, além de trazer melhorias como recursos para ampliação do monitoramento do tráfego Internet, visando sua otimização, e a oferta da tecnologia sd-wan, que, a critério dos órgãos signatários da Intragov, e de acordo com suas possibilidades técnicas, poderá ser usada como opção inicial para o serviço de acesso a Internet, contribuindo ainda mais para a redução de custos. Administrada pela Prodesp, a Intragov conta hoje com cerca de 16,7 mil links de comunicação distribuídos por todo o Estado e 181 Gbps (gigabits por segundo) de banda total contratada.

Cooperação Internacional

Foi assinado acordo de cooperação com a USTDA - United States Trade and Development Agency para desenvolvimento, sem ônus, de projeto de integração, consolidação e/ou atualização de data centers do Governo do Estado, objetivando otimizar recursos, aumentar a redundância, a tolerância a falhas, a segurança e a agilidade na recuperação de desastres.

Intragov VoIP

O uso da rede Intragov para implantação de solução de telefonia digital (voz sobre IP) no âmbito da administração pública estadual, em substituição ao modelo de telefonia tradicional, avançou para novos órgãos. Entre eles, a Assembleia Legislativa, as Secretarias da Fazenda e Planejamento, Turismo, Meio Ambiente e Educação, a Fundação Casa e o Instituto de Botânica. A expectativa inicial era que a Intragov VoIP proporcionasse uma economia da ordem de R$ 20 milhões/ano nos gastos do Governo com telefonia fixo-fixo e fixo-móvel, que chegaram a R$ 86 milhões em 2016. Os primeiros resultados concretos, porém, mostram uma economia bastante superior, variando de 42,26% nos nove postos Poupatempo sob administração direta da Prodesp, no período de janeiro a outubro de 2018, a 86,97% no Arquivo Público do Estado, no período de maio a outubro de 2018. Além da redução nos gastos, a Intragov VoIP proporcionará um salto de qualidade na infraestrutura de comunicação do Estado, melhorando sua gestão e disponibilizando novos recursos, como videoconferência.

Nuvem Prodesp

O processo de transformação da nuvem privada Prodesp em uma solução híbrida teve continuidade em 2018, com sua integração às nuvens da Oracle e da IBM. A integração com nuvens públicas de outros grandes players do mercado está em andamento ou em análise. Como provedora multicloud, a Prodesp facilitará o acesso dos órgãos estaduais ao melhor de cada uma dessas nuvens públicas, o que dará maior flexibilidade na oferta de serviços a preços competitivos, bem como possibilitará a expansão de capacidade de forma ágil e sem necessidade de investimentos em equipamentos e software. Ao mesmo tempo, garantirá a infraestrutura de contingência necessária para o processamento de sistemas críticos. Um dos cases bem-sucedidos de serviço já oferecido pela Prodesp 100% em nuvem pública é o de chatbots, assistentes virtuais que usam recursos de inteligência artificial para auxiliar o cidadão em portais e outros canais de atendimento.

Moving Data Center

O ambiente de TI da SPPREV - São Paulo Previdência foi transferido do antigo endereço da entidade, no bairro da Consolação, na Capital, para o Data Center da Prodesp. Além da transferência de equipamentos, a Prodesp executou a migração de vários sistemas para seu ambiente virtual ou sua nuvem, proporcionando à SPPREV uma evolução tecnológica e redução de custos. Adicionalmente, foi executada toda infraestrutura elétrica e lógica para atender cerca de 700 usuários no novo endereço da instituição, na sede da Secretaria da Fazenda e Planejamento. O trabalho envolveu, ainda, a transferência das estações de trabalho desses usuários, bem como a mudança de roteamento de conexões da rede Intragov.

Grandes Volumes

Os números relacionados à prestação de serviços operacionais e de infraestrutura mantiveram-se em patamares expressivos ao longo de 2018. Entre outros serviços executados no período, podem ser mencionados o envio de 19,7 milhões de mensagens SMS, referentes a assuntos como agendamento e retirada de documentos no Poupatempo; a emissão de 5,6 milhões de Carteiras de Habilitação e a impressão, preparação e postagem de 5,6 milhões de CRLV - Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos para o Detran.SP; a realização de 2,5 milhões de coletas biométricas para emissão da Carteira de Habilitação e outras 4,3 milhões para expedição da Carteira de Identidade; a impressão de 92,7 milhões de páginas relativas a documentos como notificações e boletos de multas de trânsito para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Detran.SP e prefeituras, carnês de financiamento imobiliário da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e comunicados do Cadin - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, da Secretaria da Fazenda e Planejamento; e a instalação de 17 mil pontos de rede (elétrica e lógica).

Outros Resultados

- Migração para o Data Center Prodesp do Sistema de Gestão da Saúde, utilizado pelo IAMSPE - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual no atendimento a cerca de dez mil conveniados, com a otimização de seu desempenho, em especial no que se refere ao ambiente de banco de dados.
- Virtualização da infraestrutura de servidores do sistema Disque Denúncia, hospedado no Data Center do Centro Integrado de Comando e Controle do Estado de São Paulo (CICC-SP), garantindo melhor desempenho e maior segurança, integridade e disponibilidade do serviço ao cidadão.
- Disponibilização de infraestrutura de teleatendimento para o serviço Disk Miau, 0800 criado pela Casa Militar para recebimento de denúncias de maus tratos a animais domésticos.
- Transferência do ambiente do Sistema de Multas do DER - Departamento de Estradas de Rodagem da sede do órgão para o Data Center Prodesp, resultando em uma redução média de 20% no tempo de processamento das infrações.
- Migração dos ambientes de rede local da Secretaria de Habitação, do Palácio dos Bandeirantes e do Detran.SP para a Nuvem Prodesp, com ganhos de segurança, disponibilidade e gerenciamento da estrutura.
- Elaboração de projeto, estruturação de ata de registro de preços e acompanhamento/ativação do ambiente tecnológico, tendo em vista a modernização da rede do Dipol - Departamento de Inteligência da Polícia Civil, que conta com mais de três mil pontos de acesso e aproximadamente quatro mil usuários.

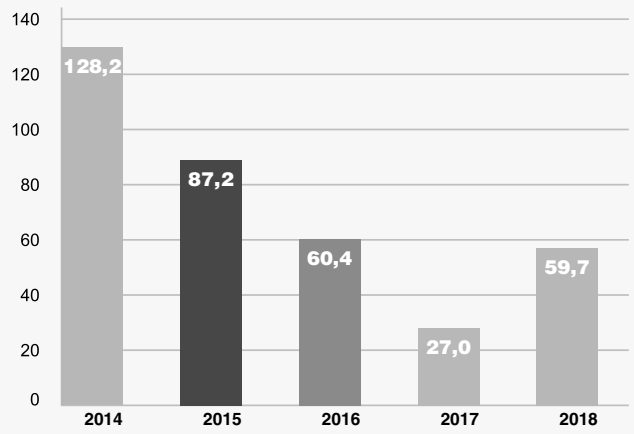
4 GESTÃO EMPRESARIAL

Aspectos Econômico-Financeiros

Resultado Líquido

O resultado líquido alcançou o montante de R$ 59,7 milhões. O acréscimo de 120,7% em relação a 2017 evidencia o esforço da administração para reduzir os custos dos serviços prestados, das despesas administrativas/gerais, e das despesas financeiras. O montante dessa redução atingiu R$ 46,7 milhões.

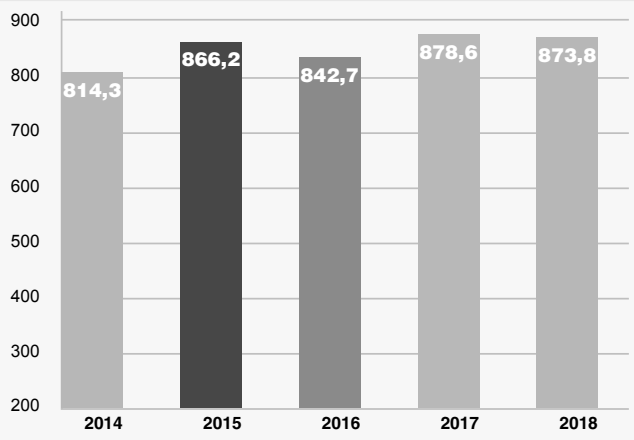
Resultado Líquido - R$ milhões



Receita Líquida

A receita líquida de vendas em 2018 alcançou R$ 873,8 milhões, o que representa uma oscilação negativa de 0,6% em relação ao ano anterior.

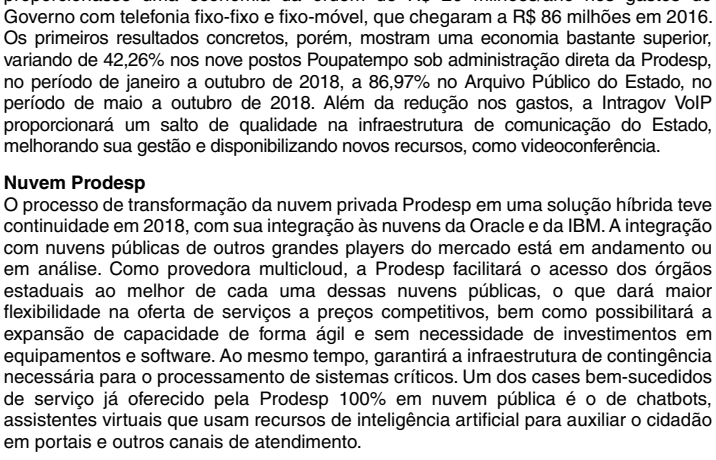
Receita Líquida de Vendas - R$ milhões



Produtividade Média por Empregado

A Produtividade Média por Empregado cresceu cerca de 4,3% em relação a 2017. Nos últimos cinco anos, o crescimento acumulado é de 19,8%. O aumento ocorreu em função de a receita líquida permanecer praticamente no mesmo patamar do ano anterior, enquanto o quadro de pessoal se reduziu em 3,8% em 2018, por conta do Programa de Demissão Voluntária - PDV.

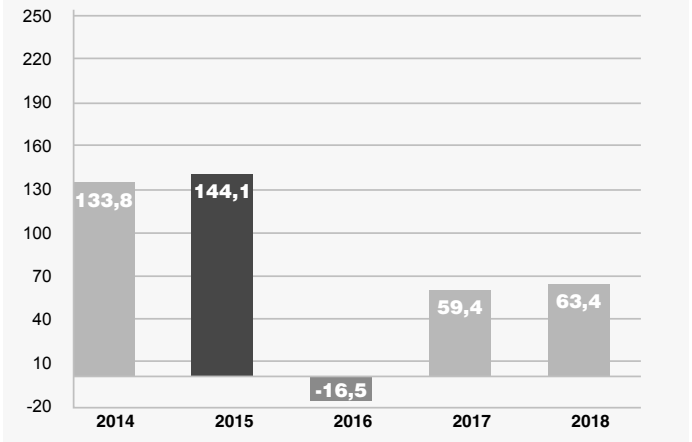
Produtividade Média por empregado - R$ mil
(Em relação à Receita Líquida)



Geração Operacional de Caixa

A Companhia gerou um caixa operacional de R$ 63,4 milhões em 2018, o que representa um acréscimo de 6,8% em relação a 2017. No período de 2014 a 2018, a Prodesp gerou caixa positivo, com exceção de 2016. Em razão dessa performance, foram pagos dividendos e Juros sobre Capital Próprio nos valores de R$ 77,8 milhões em 2014, R$ 29 milhões em 2015, R$ 20,2 milhões em 2016 e R$ 15,3 milhões em 2017.

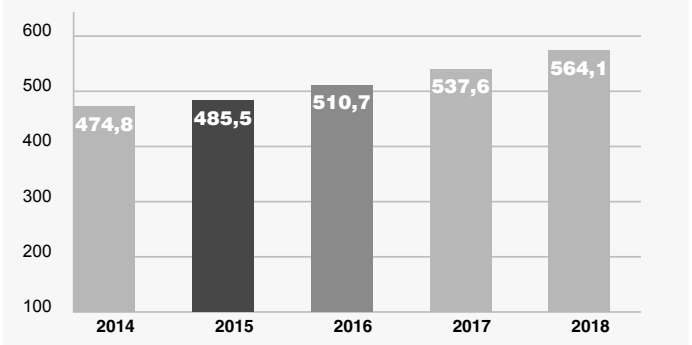
Geração Operacional de Caixa - R$ milhões



Patrimônio Líquido

Em decorrência da destinação do lucro de 2017 (Reserva de Lucros), conforme deliberado na Assembleia de 2018, o Patrimônio Líquido no ano apresentou um acréscimo de 4,9% em relação a 2017.

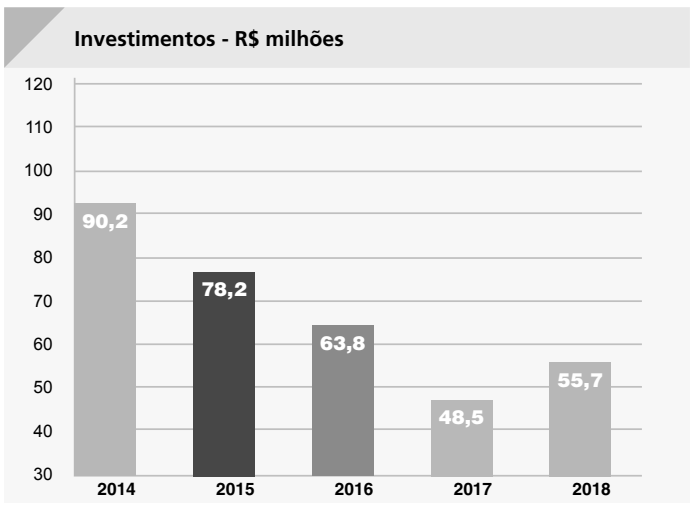
Patrimônio Líquido - R$ milhões



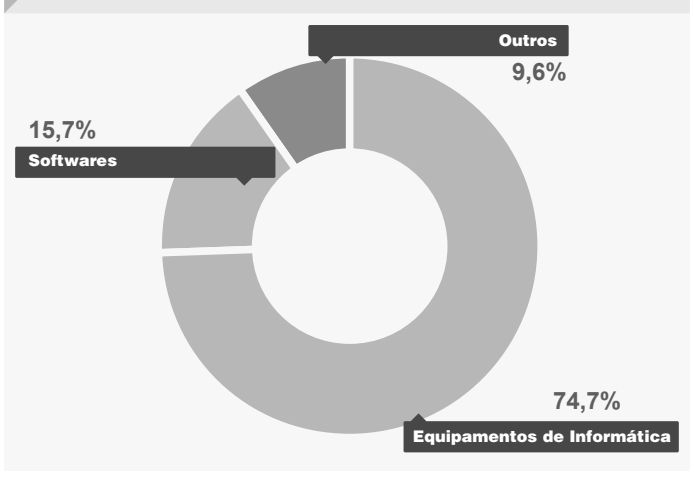
Investimentos

Os investimentos do exercício de 2018 totalizaram R$ 55,7 milhões, com destaque para a melhoria e expansão do acervo tecnológico do Data Center Prodesp e as reformas no prédio da sede da empresa, envolvendo a troca de piso e de mobiliário, a ampliação da gráfica e instalação de um novo centro de convivência infantil (creche).

Investimentos - R$ milhões



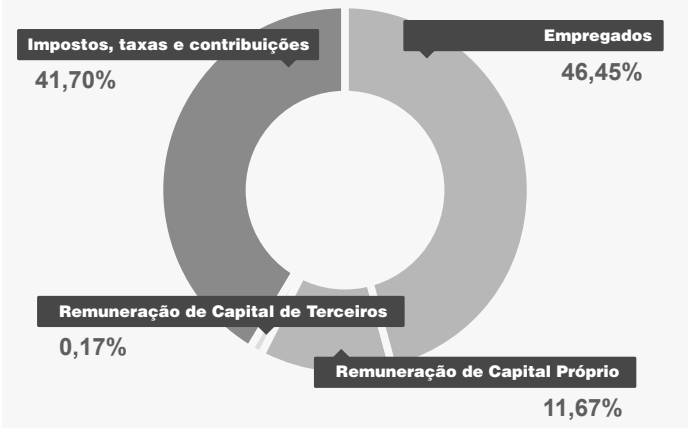
Composição de Investimentos em 2018



Distribuição do Valor Adicionado

A Demonstração Consolidada do Valor Adicionado (DVA) tem como objetivo identificar e divulgar a riqueza gerada pela Companhia. Cumprindo seu papel de empresa socialmente responsável, a Prodesp gerou um valor adicionado de R$ 511,5 milhões em 2018, montante 7,4% superior ao de 2017 (R$ 476,2 milhões). O total gerado foi distribuído da seguinte forma:

Distribuição do Valor Adicionado em 2018



PRODESP
Tecnologia da Informação

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Governo

continua

continuação

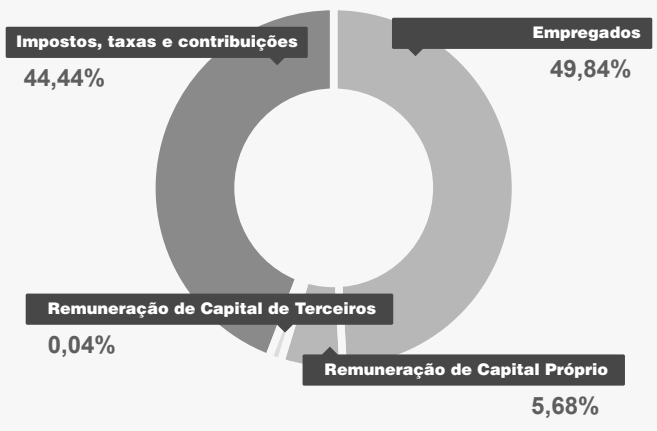
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2018

PRODESP
Tecnologia da Informação

Distribuição do Valor Adicionado em 2017



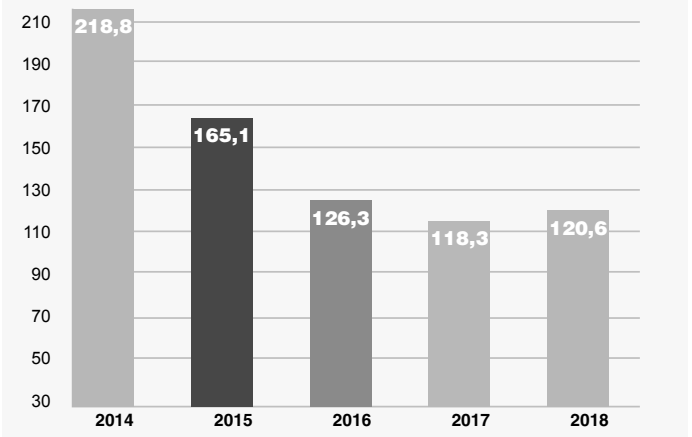
Desempenho Operacional Financeiro

O LAJIDA (EBITDA) em 2018 foi de R$ 120,6 milhões, com um acréscimo de 1,9% em relação a 2017 (R$ 118,3 milhões), com a margem EBITDA em 13,8%. Tal elevação justifica-se pela redução dos custos dos serviços prestados, das despesas administrativas / gerais e das despesas financeiras, ocorridas no processo de adequação da companhia ao Decreto Estadual nº 63.146/2018.

A evolução do EBITDA de 2017 para 2018 praticamente acompanhou o crescimento do segmento em que a Prodesp atua, que foi de 2,0%, segundo medição do Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo realizada pela Fundação Seade.

A margem EBITDA de 13,8 da Receita Líquida demonstra o comprometimento da Prodesp com a gestão financeira saudável e reforça a garantia e a segurança para os investimentos necessários ao atendimento das demandas dos stakeholders (clientes, colaboradores, fornecedores, investidores e sociedade).

EBITDA - R$ milhões



Valores em milhares de Reais	2018	2017
Receita Líquida	**873.788**	**878.622**
Custo dos Serviços Prestados	(752.612)	(780.798)
Lucro Bruto	121.176	97.824
Margem Bruta	**13,87%**	**11,13%**
Despesas Operacionais e PPR	(50.645)	(62.296)
Lucro Operacional antes dos Impostos	70.531	35.528
Margem Operacional	**8,07%**	**4,04%**
EBITDA	**120.584**	**118.290**
Margem EBITDA	**13,80%**	**13,46%**
Lucro Líquido do Exercício	**59.707**	**27.050**
Margem Líquida	**6,83%**	**3,08%**
Lucro por Lote de Mil Ações do Capital - R$	6,31	2,92
Quantidade de Ações	9.457.288.806	9.277.373.495
Patrimônio Líquido	**564.053**	**537.559**
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	**10,59%**	**5,03%**

Reconciliação entre o Lucro Líquido e EBITDA

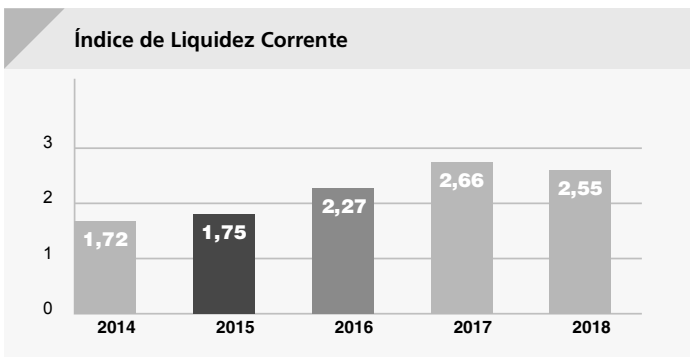
Valores em milhares de Reais	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	**59.707**	**27.050**
Imposto de Renda	2.879	2.374
Contribuição Social	7.945	6.104
Lucro Operacional antes dos Impostos	**70.531**	**35.528**
(Receitas) despesas Financeiras líquidas	(15.636)	(17.517)
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	266	(4)
Depreciação e amortização	65.423	100.283
EBITDA	**120.584**	**118.290**

Indicadores Financeiros

A evolução dos indicadores financeiros no exercício de 2018 é reflexo dos ganhos de produtividade e está atrelada ao rigor no acompanhamento de todo o ciclo financeiro da companhia, o qual foi pauta das reuniões semanais de Diretoria Executiva e objeto de prestação de contas mensal aos Conselhos Fiscal e de Administração. Tal acompanhamento demonstra que o resultado sólido é fruto do comprometimento com uma gestão financeira saudável, capaz de garantir o atendimento às demandas dos diferentes stakeholders.

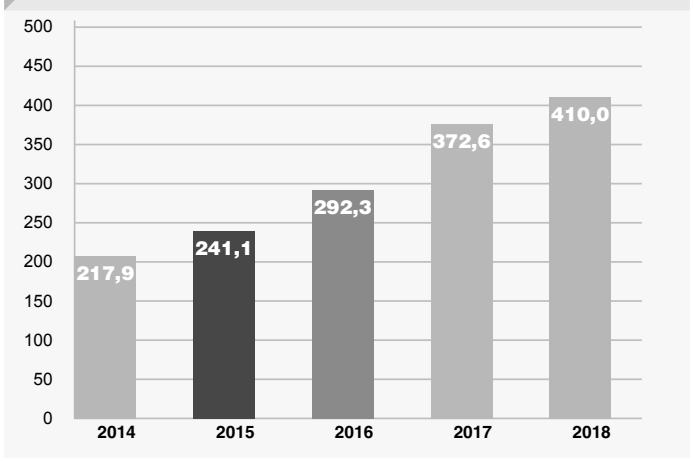
Índice de Liquidez Corrente

Índice de Liquidez Corrente



Capital Circulante Líquido

Capital Circulante Líquido - R$ milhões



Outros Resultados

Reconhecimento

Pelo terceiro ano consecutivo, a Prodesp conquistou em 2018 o prêmio de Empresa Destaque do Ano, na categoria serviços para governo (segmento empresas de grande porte), do anuário Informática Hoje. Concedida há 33 anos, a premiação leva em conta o desempenho econômico-financeiro das empresas no ano anterior. Além disso, o anuário Informática Hoje 2018 listou o ranking das 200 maiores empresas de tecnologia da informação do País com base em sua receita líquida. A Prodesp ocupou a 37ª posição, a mesma dos dois anos anteriores.

Satisfação dos Clientes

O nível de satisfação dos clientes com a Prodesp, medido anualmente por instituto independente, apresentou pequena oscilação positiva, mantendo-se acima da meta, que é obter nota final igual ou superior a 8. O resultado do ano foi 8,26, contra 8,14 no ano anterior. Esse foi o melhor resultado alcançado em oito anos de aferição. Em 2010, primeiro ano da série histórica de medição da satisfação dos clientes, a nota final foi 6,79. A avaliação considera quesitos como equipe de atendimento, qualidade dos serviços, prazos de entrega e capacidade de resposta.

Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional (PCO), que mede o nível de satisfação dos funcionários, apresentou seu melhor resultado em oito anos: 74,31%. Uma evolução de 3,86 pontos em relação a 2017, quando a satisfação medida foi de 70,45%. O resultado de 2018 ficou muito próximo da meta de no mínimo 75% perseguida desde 2011, ano da primeira aferição. Realizada por consultoria independente, a PCO mede 15 fatores que impactam na satisfação dos funcionários, como atuação das lideranças, carreira, remuneração e qualidade de vida no trabalho. Em 2018, 93,89% dos funcionários ativos responderam a pesquisa.

Capacitação de Colaboradores

Cerca de R$ 1,2 milhão foram investidos em 2018 no desenvolvimento técnico, administrativo e gerencial de colaboradores. Foram mais de oito mil participações de 1,7 mil funcionários em atividades de capacitação, totalizando 44,9 mil horas/homem de treinamento. Do montante, destaque para as aproximadamente cinco mil participações em cursos internos, ministrados por funcionários especialistas em temas de interesse da empresa; e para as mais de 800 participações relacionadas à execução dos Planos de Desenvolvimento Individuais definidos para os funcionários de acordo com sua performance nas avaliações de metas e de competências comportamentais.

Demissão Voluntária

Quarenta e nove funcionários entraram no Programa de Demissão Voluntária (PDV) nas duas janelas de adesão abertas em 2018. Com isso, considerando-se a primeira janela aberta no ano anterior, chegou-se ao número de 142 funcionários aderentes, 114 dos quais já desligados até 31 de dezembro de 2018. A expectativa de economia nas despesas com pessoal com os 142 desligamentos é da ordem de R$ 20 milhões/ano. O tempo médio de casa dos funcionários que aderiram ao PDV é de 30,06 anos, sendo que 117 deles já estão aposentados pelo INSS.

Natureza Jurídica

Em atendimento ao artigo 91, parágrafo 1º, da Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), ao artigo 54 do Estatuto Social da companhia e ao Ofício Codec 064/2018, a natureza jurídica da Prodesp foi alterada de empresa de economia mista para empresa pública. A alteração afeta apenas a composição acionária da companhia. Como empresa de economia mista, por exigência da Lei federal nº 6.404/1976 (Lei das S/A), a Prodesp tinha como acionistas privados seus administradores. Com o resgate dessas ações, a companhia passa a ter como acionistas unicamente a Fazenda Estadual e outras instituições do Governo do Estado de São Paulo.

Proteção de Dados

Para atendimento à Lei federal nº 13.709/2018, a chamada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre a proteção de dados pessoais, foi criado Grupo de Trabalho com a finalidade de se estudar o seu impacto na atuação da Prodesp e propor ações visando a adequação da empresa. O foco inicial do Grupo está no desenvolvimento de atividades relacionadas ao treinamento dos funcionários, às alterações eventualmente necessárias no Código de Conduta e Integridade da empresa e nos contratos com fornecedores. Por sua natureza, e nos termos da nova lei, a Prodesp assume papéis de controladora de dados, quando é a detentora da informação, e de operadora, como no caso das informações de processa para seus clientes. Como certificada ISO 27001 (Segurança da Informação), a Prodesp já está em conformidade com a nova lei em vários aspectos. O prazo para adequação à LGPD é de 18 meses.

NIT Prodesp

A Gerência de Qualidade, Inovação e Metodologia foi transformada no Núcleo de Inovação Tecnológica da Prodesp, com a atribuição de fazer a gestão da política de inovação da empresa. A criação do NIT Prodesp atende a diferentes dispositivos legais que dispõem e regulamentam questões relativas à inovação e pesquisa científica e tecnológica, como as leis federais nºs 10.973/2004 (Lei da Inovação) e 13.243/2016; a Lei Complementar estadual nº 1.049/2008; o Decreto estadual nº 62.817/2017; e a Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). Em 2018, também aconteceu o 2° iNovembro, um mês dedicado a ações relacionadas à inovação. Entre elas, a FIP - Feira de Inovação Prodesp, que tratou em palestras, workshops e exposição assuntos como nuvem, DevSecOps, chatbot, UX (User Experience), realidade aumentada, Internet das Coisas e blockchain; e o Dia da Ciência de Dados, que discutiu o tema em palestras, painéis e debates. O NIT Prodesp participou ativamente do Fórum Paulista de Inovação, encontro promovido pela Subsecretaria de Parcerias e Inovação, da Secretaria de Governo, o qual reuniu técnicos e gestores estaduais para discutir ações de inovação no setor público e que teve como um de seus resultados a elaboração de cartilhas temáticas sobre o assunto, tratando de aspectos como cultura, marco regulatório e financiamento da inovação.

Conformidade, gestão de riscos e controle interno

Dentro do processo de adequação à Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), entrou em vigor o novo Código de Conduta e Integridade da empresa; foi constituído o Comitê de Ética aprovado no final do ano anterior; e aberto Canal de Denúncias no site da companhia, possibilitando a qualquer interessado reportar, com total garantia de sigilo, práticas de corrupção, fraudes, atos ilícitos e irregularidades envolvendo a empresa ou seus funcionários, bem como infrações ao Código de Conduta e Integridade. O uso de ferramenta de EaD permitiu a certificação de 100% dos funcionários no Código de Conduta e Integridade. No período, foram iniciados a formulação da Política de Gestão de Riscos e o desenvolvimento de um sistema correspondente. O instrumento normativo que regia a elaboração das normas internas foi revisado e teve seu escopo ampliado, passando a abranger a elaboração de todos os documentos previstos no Regimento Interno da Prodesp, a saber: políticas, regimentos, normas, procedimentos e instruções de trabalho. Em cumprimento ao Decreto estadual nº 41.865/97 e ao artigo 51 do Estatuto Social da companhia, todos os funcionários e membros dos órgãos estatutários passaram a estar obrigados a apresentar declaração de bens no ato de admissão / posse, anualmente e em até 90 dias após o desligamento.

Comitê de Auditoria Estatutário

Em atendimento à Lei federal 13.303/2016 (Lei das Estatais), a Prodesp instituiu seu Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), cujos membros foram eleitos e empossados em 30 de agosto de 2018. Órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, o CAE tem como missão zelar pela boa governança, pela ética corporativa e por um adequado sistema de controles internos, de forma a garantir a confiabilidade e a veracidade dos informes produzidos pela empresa. Sem função executiva, o CAE tem como principal papel assessorar o Conselho de Administração em temas como auditoria interna e externa, exposição a riscos e supervisão de processos de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade Social

O ano de 2018 foi o vigésimo nono de parceria da Prodesp com a CoopJovem - Sociedade Cooperativa de Trabalho de Assistentes ao Jovem, entidade que desenvolve programas de sociabilização e iniciação profissional com adolescentes de Embu das Artes. No período, mais 54 jovens entre 14 anos e 17 anos e onze meses passaram pela CoopJovem, participando de atividades como os cursos de horticultura, panificação, marcenaria e informática básica, palestras socioeducativas e vivências em diferentes áreas da empresa. A participação na Campanha do Agasalho promovida pelo Fussesp - Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo bateu um novo recorde: cerca de 507 mil peças arrecadadas, um aumento de 85% em relação ao ano anterior, quando foram coletadas 274,1 mil peças. Obtidas por funcionários da Prodesp e do Poupatempo, e também junto a empresas parceiras e ao cidadão usuário do Poupatempo, as doações beneficiaram 230 instituições e obras sociais de todo o Estado. A Campanha Fio Generoso arrecadou 600 mechas de cabelo natural para confecção de perucas para pacientes em tratamento contra o câncer. Já a Campanha de Doação de Sangue resultou na coleta de 230 bolsas para a Fundação Pro-Sangue (Hemocentro de São Paulo). E no Natal, a Campanha Adote um Sorriso arrecadou 2,1 mil kits com roupas, calçados, brinquedos e itens de higiene pessoal, doados a entidades assistenciais que atendem crianças, adultos e idosos.

Outras Ações

- Publicação de aplicativo mobile para uso dos funcionários Prodesp, disponibilizando, inicialmente, consultas sobre férias, cardápio do dia no restaurante da sede da empresa e transporte fretado oferecido pela companhia.
- Inauguração do novo Centro de Convivência Infantil da Prodesp, creche que atende as mães que trabalham na sede da empresa. Mais amplo e especialmente projetado, o novo local conta com brinquedoteca, salas de artes e de informática, solário, instalações adequadas para crianças com necessidades especiais e salas de atividades por faixa etária.
- Continuidade do Programa Lean Six Sigma Prodesp, com a certificação de mais quatro Green belts e cinco black belts, chegando-se a 1962 funcionários certificados em seis anos.
- Implantação do Sistema de Custos da Prodesp, com demonstrativos de resultados por linha de negócio e por cliente, proporcionando maior capacidade analítica dos negócios da empresa.
- Inclusão da vertente Segurança da Informação no Programa DevOps, que passou a se chamar DevSecOps, possibilitando a atuação integrada e sinérgica, com alto nível de automação, das equipes de desenvolvimento, operações e segurança da informação.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480/09, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente, bem como com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Relacionamento com os Auditores

Em consonância com inciso III, artigo 2º Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Audilink Auditores foi contratada para a prestação do serviço de auditoria externa das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Declaramos que no período findo em 31 de dezembro de 2018, a Audilink não prestou outros serviços à Prodesp que possam afetar a sua independência profissional.

continua

continuação

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2018

PRODESP
Tecnologia da Informação

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2018	2017 RECLASSIFICADO
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	261.575	261.757
Contas a Receber de Clientes	12	188.428	195.734
Convênio Poupatempo	13	170.111	102.801
Impostos a Compensar	14	25.018	9.522
Outros Ativos Circulantes	15	29.211	27.430
		674.343	***597.244***
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos para Recursos	16	21.151	13.168
Contas a Receber de Clientes	12	11.925	9.697
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	12	(11.925)	(9.697)
Outros Ativos não Circulantes	17	7.707	7.946
Provisão Imposto Diferido	18	6.572	13.261
Investimentos	19	54	54
Imobilizado	3h e 20	102.156	91.856
Diferido	21	5	312
Intangível	3h e 22	27.182	54.687
		164.827	***181.284***
Total do Ativo		***839.170***	***778.528***

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2018	2017 RECLASSIFICADO
CIRCULANTE			
Fornecedores	23	148.417	133.931
Salários e Encargos Sociais	24	70.614	65.211
Outros Passivos Circulantes	25	16.737	14.682
Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos	26	28.621	10.847
		264.389	***224.671***
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	23	207	324
Provisão para Contingências	27	10.521	15.974
		10.728	***16.298***
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28		
Capital Social		507.880	497.456
Reserva de Lucros		56.173	40.104
Ações em Tesouraria		–	–
		564.053	***537.559***
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		***839.170***	***778.528***

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	2018 ACUMULADO	2017 ACUMULADO RECLASSIFICADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4	**873.788**	**878.622**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(752.612)	(780.798)
LUCRO BRUTO		**121.176**	**97.824**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas		(74.118)	(94.480)
Participação nos Resultados	7	(19.906)	(18.583)
Depreciação e Amortização		(2.364)	(2.120)
Honorários da Diretoria e do Conselho	30e	(3.254)	(2.818)
Outras Receitas	8	33.627	38.184
Resultado com Baixa do Ativo Fixo		(266)	4
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		**54.895**	**18.011**
RECEITAS FINANCEIRAS	9	17.229	29.341
DESPESAS FINANCEIRAS	10	(1.593)	(11.824)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**70.531**	**35.528**
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6	(2.879)	(2.374)
IMPOSTO DE RENDA	5	(7.945)	(6.104)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**59.707**	**27.050**
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL - R$		6,31	2,92

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

		Reserva de Lucros			
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Retidos	Ações em Tesouraria	Lucro Acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**460.242**	**28.327**	**22.099**	**–**	**–**	**510.668**
RECLASSIFICADO						
Integralização de Capital	37.214	–	(22.099)	–	–	15.115
Ações em Tesouraria	–	–	–	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	27.050	27.050
Reserva Legal	–	1.352	–	–	(1.352)	–
Lucros Retidos	–	–	10.424	–	(10.424)	–
Juros Sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(15.273)	(15.273)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**497.456**	**29.679**	**10.424**	**–**	**–**	**537.559**
Integralização de Capital	10.424	–	(10.424)	–	–	–
Ações em Tesouraria	–	–	–	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	59.707	59.707
Reserva Legal	–	2.986	–	–	(2.986)	–
Lucros Retidos	–	–	23.508	–	(23.508)	–
Juros Sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(33.213)	(33.213)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**507.880**	**32.665**	**23.508**	**–**	**–**	**564.053**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018 ACUMULADO	2017 ACUMULADO
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		59.707	27.050
Outros resultados abrangentes		–	–
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3n	**59.707**	**27.050**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017 RECLASSIFICADO
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
a) RESULTADO AJUSTADO		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	70.531	35.528
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(10.824)	(8.478)
Provisão Para Impostos Diferidos	6.690	(4.636)
Depreciação/Amortização	65.423	100.283
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.228	(14.972)
Provisão para Contingências	(5.453)	2.092
Resultado com baixa de Ativo Fixo	266	(4)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	***128.861***	***109.813***
b) VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS		
Contas a Receber de Clientes	5.078	(16.686)
Convênio Poupatempo	(67.310)	(46.857)
Impostos a Compensar	(15.496)	269
Outros Ativos Circulantes	(1.781)	1.287
Depósito para Recursos	(7.983)	(4.209)
Outros Ativos Não Circulantes	239	(595)
Fornecedores	14.369	12.088
Salários e Encargos Sociais	5.403	3.480
Outros Passivos Circulantes	2.055	788
TOTAL DAS VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	***(65.426)***	***(50.434)***

	2018	2017 RECLASSIFICADO
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**63.435**	**59.378**
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizados e Intangíveis	(48.177)	(39.334)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(48.177)**	**(39.334)**
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos	(15.440)	(21.514)
Ações em Tesouraria Líquida	–	–
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(15.440)**	**(21.514)**
(1 + 2 + 3) VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(182)**	**(1.470)**
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	**(182)**	**(1.470)**
SALDO INICIAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	**261.757**	**263.227**
SALDO FINAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	**261.575**	**261.757**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	2018		2017 RECLASSIFICADO	
1) RECEITA BRUTA SERVIÇOS PRESTADOS	**1.043.297**		**1.067.107**	
Serviços Prestados	1.045.791		1.052.131	
Não Operacional	(266)		4	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.228)		14.972	
2) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**515.345**		**550.957**	
Custo dos Serviços Prestados	468.835		462.635	
Despesas Operacionais	66.301		81.851	
Outros	(19.791)		6.471	
3) VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**527.952**		**516.150**	
4) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**65.423**		**100.283**	
5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (3 - 4)	**462.529**		**415.867**	
6) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**48.972**		**60.329**	
Receitas Financeiras	15.345		22.145	
Outras Receitas	33.627		38.184	
7) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**511.501**		**476.196**	
8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	213.304	41,70%	211.633	44,44%
EMPREGADOS	237.618	46,45%	237.343	49,84%
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	59.707	11,67%	27.050	5,68%
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	872	0,17%	170	0,04%
	511.501	**100%**	**476.196**	**100%**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, fundada em 06 de novembro de 1969, com sede localizada na Rua Agueda Gonçalves, nº 240, na cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16, e demais disposições legais aplicáveis. A Companhia vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 desta lei. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública que tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo. A atuação da Companhia concentra-se nas áreas de desenvolvimento de sistemas, operações de TI, terceirização de processos de negócios e prestação de serviços profissionais - segurança da informação e consultoria especializada - para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado de São Paulo. Adicionalmente, a Companhia presta assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral e, mediante contratos, executa serviços de tecnologia da informação de interesse de entidades privadas, além de ser responsável pela implantação, operação e gerenciamento dos Postos de Serviços Poupatempo. A visão da Prodesp é ser referenciada pela excelência no provimento de soluções contribuindo para a eficiência do setor público e para a simplificação da vida do cidadão por meio de soluções tecnológicas inovadoras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO: a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas da Companhia, para o período findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância das Leis federais nº 13.303/16 e nº 6.404/76 e incorporam as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG, bem como suas interpretações, orientações e alterações posteriores, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

b. Base da preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto nas situações mencionadas nas práticas contábeis a seguir.

c. Continuidade Operacional - A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, consistente com o seu plano de negócios preparado no início de cada exercício, que compreende os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, as metas corporativas e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos competentes, podendo sofrer alterações.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais com observância da Lei federal nº 6.404/76. A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de certas estimativas contábeis críticas, mais do que isso, necessitam que haja um exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e premissas contábeis são continuamente revisadas pela Administração. Tais estimativas podem divergir dos resultados efetivos. As premissas e estimativas críticas para as demonstrações financeiras são Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, Provisão para Impostos Diferidos, Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis, e Imobilizado.

f. Mudança na apresentação - Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não foram consideradas materiais e não afetaram o resultado e o patrimônio líquido da companhia conforme apresentado a seguir:

(i) Ativo

• O Convênio Poupatempo e os Impostos a Compensar estavam classificados em Outras Contas a Receber.

• Estoque de Materiais, Adiantamentos a Funcionários e Despesas do Exercício Seguinte foram reclassificados para Outros Ativos Circulantes, conforme nota 15.

• Outros Ativos Não Circulantes, conforme nota 17, compreendem Outras Despesas Antecipadas, Valores a receber e os Impostos a Recuperar que estavam classificados em Depósitos para Recursos e Outros.

(ii) Passivo

• Impostos a Recolher e Contas a Pagar foram reclassificados para Outros Passivos Circulantes, conforme nota 25.

(iii) Patrimônio Líquido

• Reserva Legal e Lucros Retidos foram reclassificados para Reserva de Lucros, conforme artigo 178 da Lei federal nº 6.404/76 e alterações.

(iv) Demonstrações do Resultado

• Nas Demonstrações do Resultado houve a exclusão das contas Juros sobre o Capital Próprio e Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio, conforme Interpretação Técnica ITG 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

(v) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

• As informações da coluna de Reserva de Lucros do exercício anterior foram incorporadas à coluna Lucros Retidos que, por sua vez, encontram-se como subgrupo da Reserva de Lucro, juntamente com a Reserva Legal no exercício de 2018, conforme artigo 178 da Lei federal nº 6.404/76 e alterações.

(vi) Demonstrações do Fluxo de Caixa

• O Lucro a ser ajustado não contempla a Reversão dos Juros sobre Capital Próprio.

• A Depreciação / Amortização passam a ser apresentadas pelo seu valor líquido.

• Os itens b, c e d do exercício anterior estão agrupados no item b.

• Os valores de Depósito para Recursos e Outros, Contas a Receber de Clientes, Valores a Receber e Outras Despesas Antecipadas antes apresentadas no grupo 2 - Das Atividades de Investimentos passaram a compor o item b e têm os seus valores apresentados pelo líquido.

• Os Juros sobre Capital Próprio são apresentados apenas pelo valor pago no exercício.

• Os valores das Ações em Tesouraria passam a compor esta demonstração.

(vii) Demonstrações do Valor Adicionado

• Os valores dos Acionistas passam a ser apresentados na distribuição de Remuneração do Capital Próprio.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS: as principais políticas e práticas contábeis na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir e têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados.

a. Reconhecimento da Receita - As receitas são reconhecidas pelo regime de competência e mensurada pelo valor justo da contraprestação em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente, líquida de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicáveis. As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2018

PRODESP
Tecnologia da Informação

b. Reconhecimento das Despesas - As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas relacionadas a novos produtos ou a inovações tecnológicas são registradas como despesas do exercício em que incorrem.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Correntes - A provisão para imposto de renda foi constituída, pelo regime de tributação Lucro Real anual (estimativa mensal), à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque é ajustado pelas adições, exclusões ou compensações determinadas de acordo com as regras estabelecidas pela legislação fiscal vigente.

d. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos - São reconhecidos em sua totalidade, conforme conceito descrito na NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, sobre as correspondentes diferenças temporárias entre os ativos e passivos para fins fiscais considerando as alíquotas e leis vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

e. Tributos sobre receitas - As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas *(i)* Pasep - Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público - 1,65%; *(ii)* Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - 7,6%; *(iii)* ISSqn - Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - 2% a 5%; e *(iv)* CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 4,5%. Esses tributos são contabilizados como dedução de vendas na demonstração de resultado. Pasep e Cofins são calculados pelo regime da não cumulatividade, que consiste em deduzir, dos débitos apurados de cada contribuição, os respectivos créditos admitidos na legislação.

f. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio - De acordo com o estatuto social, a Política de Dividendos da Companhia e a da Lei federal nº 6.404/76 e alterações, a proposta da Administração, sujeita à ratificação na Assembleia Geral dos Acionistas, para distribuição do lucro líquido é por meio de juros sobre o capital próprio que é atribuído ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%). Qualquer valor acima ou abaixo do mínimo obrigatório somente é provisionado ou revertido na aprovação da Assembleia.

g. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos, vencidas a mais de 12 meses.

h. Imobilizado e Intangível - São submetidos ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, quando aplicável, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, incluindo suas interpretações e orientações.

i. Benefícios a empregados - Os benefícios concedidos aos empregados respeitam o regime de competência e cessam ao término do vínculo empregatício. São eles: licença por doença remunerada, participação nos resultados, auxílio-creche, assistência-médica, odontológica e farmacêutica, além dos benefícios previstos em lei.

j. Contingências Trabalhistas e Cíveis - As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de seus assessores legais, disponibilizadas no encerramento das demonstrações financeiras e probabilidades sobre os valores correspondentes. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento.

k. Ajuste a valor presente - Os impostos pendentes de restituição são atualizados monetariamente e contabilizados em contas específicas conforme Instrução Normativa RFB n° 1700/2017. Os demais saldos de ativos e passivos de longo prazo não requerem atualização de ajuste a valor presente, pois os preços praticados tanto para efeito de faturamento quanto para compras são firmes e fixados por edital sem inclusão de juros.

l. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes - Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, sendo considerado o menor entre os dois.

m. Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - Apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e preparada seguindo a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

n. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) - A Companhia não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro Líquido dos exercícios apresentados.

o. Endividamento - A Companhia não possui endividamento. A Administração monitora de forma constante indicadores relevantes para assegurar a sua liquidez garantindo que todas as entradas de caixa fizeram frente às obrigações da Companhia de forma tempestiva, por isso não estipula limite para endividamento, conforme estatuto.

p. Novas normas, alterações e interpretações de normas - As Normas listadas a seguir foram emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC:

Nome	Descrição	Impacto
NBC TG 47 Receita de Contratos com Clientes	Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como a receita é mensurada. Esta norma substitui a NBC TG 30 - Receitas, NBC TG 17 - Contratos de Construção e o IFRIC 13 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.	A companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras. Em vigor desde 1º de janeiro de 2018.
NBC TG 06 (R3) Arrendamento Mercantil	Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo NBC TG 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 04 e ITG 03 (R1) - Aspectos complementares das Operações de Arrendamento Mercantil	A Companhia avaliou os efeitos em suas Demonstrações Financeiras do registro de operações de arrendamento mercantil operacional e não haverá impacto. Em vigor para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2019.

4. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: Os valores dos contratos de prestação de serviços, para os clientes da Administração Direta e Indireta, têm como base a dotação e respectivas suplementações orçamentárias constantes do Orçamento do Estado de São Paulo. Evidenciados abaixo pela receita bruta e suas respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultado da Companhia:

	2018	2017
Receita Bruta	1.045.791	1.052.131
Deduções		
ISS	(23.498)	(26.896)
PASEP	(17.256)	(17.360)
COFINS	(79.480)	(79.962)
CPRB	(47.061)	(47.346)
Vendas Canceladas	–	(34)
Abatimentos	(4.708)	(1.911)
	(172.003)	**(173.509)**
Receita Operacional Líquida	**873.788**	**878.622**

5. IMPOSTO DE RENDA: Reconhecimento em virtude do encerramento do período de apuração, com base na movimentação do exercício, conforme detalhados nos itens 3.c. e 3.d. das Notas Explicativas, está demonstrada a seguir:

Imposto de Renda	2018	2017
Resultado Contábil antes do IRPJ e CSLL	70.531	35.528
(+) Adições	24.580	68.262
(–) Exclusões	(81.906)	(62.609)
Resultado Fiscal do Período	13.205	41.181
IRPJ (15%)	1.981	6.177
Adicional do Imposto de Renda (10%)	1.296	4.094
(–) Deduções Incentivos Fiscais - PAT/Doações/P&D	(257)	(765)
Imposto de Renda Corrente	3.020	9.506
Imposto de Renda Diferido (25%)	4.925	(3.402)
	7.945	**6.104**

6. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO: Reconhecimento em virtude do encerramento do período de apuração, com base na movimentação do exercício, conforme detalhados nos itens 3.c. e 3.d. das Notas Explicativas, está demonstrada a seguir:

Contribuição Social	2018	2017
Resultado Contábil Antes do IRPJ e CSLL	70.531	35.528
(+) Adições	23.760	67.161
(–) Exclusões	(81.906)	(62.609)
Base de Cálculo para Contribuição Social	12.385	40.080
Contribuição Social Corrente (9%)	1.115	3.607
Contribuição Social Diferido (9%)	1.764	(1.233)
	2.879	**2.374**

7. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS (PPR): Conforme estabelecido no artigo 4º do Decreto Estadual nº 41.497/96, a Companhia implantou o Programa de Participação nos Resultados (PPR), baseado em metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas entre a mesma e seus empregados.

Para o PPR dos empregados, respeitando o regime de competência, mensalmente é constituída uma provisão a pagar no passivo de 1/12 da folha de pagamento do mês de janeiro, sendo esta provisão ajustada no final do exercício. O montante previsto dessa participação no exercício de 2018 foi de R$ 19.906 mil (R$ 18.583 mil em 2017), que está apropriado no grupo Salários e Encargos Sociais.

8. OUTRAS RECEITAS: As receitas não operacionais auferidas nos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Receita de Multas Contratuais	3.296	3.436
Receita de Aluguel de Espaço	25.481	23.527
Recuperações	1.365	7.236
Outros	3.485	3.985
	33.627	**38.184**

9. RECEITAS FINANCEIRAS: As receitas financeiras incorridas nos exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

	2018	2017
Receita de Aplicações em títulos Públicos	15.135	21.934
Receita de Juros e Correção Monetária	126	113
Variações Monetárias Ativas	1.884	7.196
Descontos Financeiros Obtidos	84	98
	17.229	**29.341**

10. DESPESAS FINANCEIRAS: As despesas financeiras incorridas nos exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

	2018	2017
Juros	810	170
Variações Monetárias Passivas	721	11.654
Outros	62	–
	1.593	**11.824**

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros, em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	2018	2017
Caixa	34	31
Bancos	28.257	23.789
Aplicação Financeira	233.284	237.937
	261.575	**261.757**

12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PROVISÃO PARA CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA: Os valores a receber estão representados por serviços prestados substancialmente a órgãos públicos em geral. A Companhia revisou a política de controles e acompanhamento do contas a receber e constatou a necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa dos valores de difícil recebimento com vencimento acima de 12 meses. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimentos de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

CIRCULANTE	2018	2017
Administração Direta	148.451	149.252
Administração Indireta	13.538	15.147
Outros Poderes	5.512	9.658
Terceiros	20.927	21.677
	188.428	**195.734**

NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Administração Direta	4.350	3.269
Administração Indireta	1.565	1.564
Outros Poderes	1.761	936
Terceiros	4.249	3.928
	11.925	**9.697**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	**(11.925)**	**(9.697)**

13. CONVÊNIO POUPATEMPO: Apresenta o controle da Prodesp, na qualidade de executora do Programa Poupatempo (Decreto Estadual nº 42.886/98), que é responsável pela implantação, instalação, operação e adequado funcionamento dos postos e gestão dos recursos financeiros repassados pela Secretaria de Governo por meio de convênio, com emissão de notas de débito para ressarcimento/reembolso de despesas referentes à contratação de apoio a execução do Programa (parecer jurídico da Procuradoria Geral do Estado - PGE - SGGE/SEP/SF/PGE -1/1999). Diante deste processo, considerando que tais transações não pressupõem benefício econômico ou aumento de patrimônio líquido (NBC TG 47 - Apêndice A), os recursos financeiros não transitam no resultado da Prodesp, sendo controlados em conta patrimonial do ativo e passivo com prestação de contas mensal à Secretaria de Governo. Tendo em vista o processo como reembolso, não há incidência tributária (tema respaldado pelo parecer jurídico nº 0565/2014 - Loeser e Portela Advogados - OAB/SP nº 1.359). Além dos gastos com gerenciamento dos postos, também são observados nos controles da companhia os processos trabalhistas e cíveis que totalizam de R$ 15.242 mil e R$ 20.682 mil, respectivamente. Os valores são de responsabilidade da Secretaria do Governo e em caso de condenação serão assumidos pela mesma.

14. IMPOSTOS A COMPENSAR: Encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por impostos e encargos sociais ajustados a valor presente. O aumento expressivo no Imposto de Renda em 2018 decorre de reconhecimento por êxito em processo judicial de direito ao crédito de IRPJ 2005.

	2018	2017
Imposto de Renda	16.798	4.931
Contribuição Social	4.592	1.734
Cofins	2.608	1.715
Pasep	565	372
ISSqn	322	401
INSS	133	369
	25.018	**9.522**

15. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES: Compreendem:

(i) Outros Valores a Receber - representam Salários e Encargos de Funcionários Cedidos, além de valores a receber das multas aplicadas a fornecedores;

(ii) Despesas do Exercício Seguinte - a Companhia permanece com sua política constante de atualizações tecnológicas por meio de efetivação de contratos de locação de softwares, os quais são contabilizados em despesas do exercício seguinte para apropriação em suas devidas competências, conforme previsto nos contratos;

(iii) Adiantamento a Funcionários - adiantamento de Férias e da 1ª Parcela do 13ª salário concedido por ocasião do gozo de férias.

	2018	2017
Outros Valores a Receber	16.671	18.588
Despesas do Exercício Seguinte	9.105	5.692
Adiantamento a Funcionários	3.044	2.506
Outros	391	644
	29.211	**27.430**

16. DEPÓSITOS PARA RECURSOS: Os valores são registrados pelo valor original e atualizados monetariamente pela TR mensal. O aumento em 2018 decorre de pagamentos na modalidade depósito de processos cíveis para andamento da ação judicial.

17. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES: Compreendem:

(I) Impostos a Recuperar - valores decorrentes de processos administrativos registrados pelo valor original e atualizados monetariamente pela SELIC acumulada;

(II) Valores a Receber - valores pagos de processos trabalhistas aguardando ressarcimento de órgão responsável; e

(III) Outras Despesas Antecipadas - a Companhia permanece com sua política constante de atualizações tecnológicas por meio de efetivação de contratos de locação de softwares, os quais são contabilizados em despesas do exercício seguinte para apropriação em suas devidas competências, conforme previsto nos contratos.

	2018	2017
Impostos a Recuperar	6.676	6.485
Valores a Receber	533	957
Outras Despesas Antecipadas	498	504
	7.707	**7.946**

18. PROVISÃO PARA IMPOSTO DIFERIDO: Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado. Mensurados com base nas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos, conforme demonstrados a seguir:

	2018	2017
Amortização de Locação de Programa Produto	–	11.600
1. AMORTIZAÇÕES	**–**	**11.600**
Provisão p/Contingências Trabalhistas e Outras	6.626	6.996
Provisão p/Licença Prêmio	15	21
Provisão Sal. Enc. Sociais e Participação Resultado	21.167	22.844
2. PROVISÕES	**27.808**	**29.861**
3. TOTAL ADIÇÕES (1 + 2)	**27.808**	**41.461**
Reversão Amortização de Locação de Programa Produto	11.600	–
4. REVERSÃO DE AMORTIZAÇÕES	**11.600**	**–**
Reversão Provisão p/Contingências Trabalhistas e Outras	14.641	4.902
Reversão Provisão p/Licença Prêmio	5	8
Reversão Provisão Sal. Enc. Sociais e Participação Resultado	21.167	22.844
5. REVERSÃO DE PROVISÕES	**35.813**	**27.754**
6. TOTAL EXCLUSÕES	**47.413**	**27.754**
7. BASE DE CÁLCULO DO IRPJ e CSLL (3 - 6)	**(19.605)**	**13.707**
8. CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA		
8.1. I.R. - 15%	(2.941)	2.056
8.2. I.R. - Adicional 10%	(1.984)	1.346
9. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	**(4.925)**	**3.402**
10. CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		
10.1. CSLL - 9%	(1.764)	1.233
11. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA	**(1.764)**	**1.233**
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (IR + CSLL Diferidos)	13.261	8.626
PROVISÃO DO EXERCÍCIO (9 + 11)	(6.689)	4.635
SALDO BALANÇO PATRIMONIAL (IR + CSLL Diferidos)	**6.572**	**13.261**

19. INVESTIMENTO: Composto por ações das empresas Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS e IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas e por Obra de arte Tela "O rio", de Marcos Andruchak, doada à Prodesp, registrada pelo custo de avaliação do autor.

20. IMOBILIZADO: Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A Companhia considerou o método de custo, deduzido da depreciação e eventual provisão para perdas (*Impairment Test,* realizado pela empresa WayB Assessoria, Auditoria e Avaliações S/S em Ago/2018), como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. Para os equipamentos alocados no Data Center, utilizou-se o método de depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação, referida depreciação tem fundamento no artigo 69 da Lei federal nº 3.470/58, reproduzido pelo artigo 323 do Decreto nº 9.580/18. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida. O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, incluindo suas interpretações e orientações do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

continuação

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2018

PRODESP Tecnologia da Informação

a. Saldos Patrimoniais

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2018 Custo	31/12/2018 Depreciação acumulada	31/12/2018 Líquido	31/12/2017 Custo	31/12/2017 Depreciação acumulada	31/12/2017 Líquido
Terrenos		3.161	–	3.161	3.161	–	3.161
Edifícios	4	24.574	(23.896)	678	23.995	(23.870)	125
Instalações	5	72.309	(41.956)	30.353	70.206	(39.467)	30.739
Benfeitorias	5	70.343	(59.197)	11.146	70.148	(57.174)	12.974
Eqtos Operacionais	20	327.170	(281.353)	45.817	289.583	(254.850)	34.733
Eqtos. Não Operacionais	10	27.881	(18.180)	9.701	27.417	(18.603)	8.814
Veículos	20	397	(396)	1	397	(396)	1
Subtotal		**525.835**	**(424.978)**	**100.857**	**484.907**	**(394.360)**	**90.547**
Construções e Instalações em Andamento		3.881	(2.582)	1.299	3.905	(2.596)	1.309
Total		**529.716**	**(427.560)**	**102.156**	**488.812**	**(396.956)**	**91.856**

b. Movimentação

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Depreciações	31/12/2018
Terrenos	3.161	–	–	–	–	3.161
Edifícios	125	579	–	–	(26)	678
Instalações	30.739	2.103	–	–	(2.489)	30.353
Benfeitorias	12.974	195	–	–	(2.023)	11.146
Eqtos. Operacionais	34.733	41.603	(4.005)	(10)	(26.504)	45.817
Eqtos. Não Operacionais	8.814	2.371	(1.992)	84	424	9.701
Veículos	1	–	–	–	–	1
Subtotal	**90.547**	**46.851**	**(5.997)**	**74**	**(30.618)**	**100.857**
Construções e Instalações em Andamento	1.309	–	(24)	–	14	1.299
Total	**91.856**	**46.851**	**(6.021)**	**74**	**(30.604)**	**102.156**

	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Depreciações	31/12/2017
Terrenos	3.161	–	–	–	–	3.161
Edifícios	133	–	–	–	(8)	125
Instalações	31.193	2.145	(202)	–	(2.397)	30.739
Benfeitorias	14.363	562	–	–	(1.951)	12.974
Eqtos Operacionais	69.563	22.581	(4.798)	11	(52.624)	34.733
Eqtos. Não Operacionais	8.279	2.062	(576)	(10)	(941)	8.814
Veículos	3	–	(26)	–	24	1
Subtotal	**126.695**	**27.350**	**(5.602)**	**1**	**(57.897)**	**90.547**
Construções e Instalações em Andamento	1.333	–	(109)	(1)	86	1.309
Total	**128.028**	**27.350**	**(5.711)**	**–**	**(57.811)**	**91.856**

21. DIFERIDO: Composto por despesas pré-operacionais registradas pelo custo de aquisição e pela amortização acumulada. Segundo o art. 299-A da Lei Federal nº 6.404/76, incluído pela Lei Federal nº 11.941/09, o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, sujeito à análise sobre a recuperação de que trata o § 3º do art. 183 desta Lei. Após a alteração das normas contábeis, não houve mais adições no grupo, apenas amortização do saldo remanescente.

a) Saldos Patrimoniais

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2018 Custo	31/12/2018 Amortização acumulada	31/12/2018 Líquido	31/12/2017 Custo	31/12/2017 Amortização acumulada	31/12/2017 Líquido
Gastos Pré-Operacionais	20	17.605	(17.600)	5	17.605	(17.293)	312
Total		**17.605**	**(17.600)**	**5**	**17.605**	**(17.293)**	**312**

b) Movimentação

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Amortizações	31/12/2018
Gastos Pré-Operacionais	312	–	–	–	(307)	5
Total	**312**	**–**	**–**	**–**	**(307)**	**5**

	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Amortizações	31/12/2017
Gastos Pré-Operacionais	1.040	–	–	–	(728)	312
Total	**1.040**	**–**	**–**	**–**	**(728)**	**312**

22. INTANGÍVEL: Representado por aquisição de licenças de uso de softwares, Direitos de Uso e Logiciais mensurados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, com taxas anuais de 20% e 50% e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos. O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, incluindo suas interpretações e orientações do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, não sendo necessário ajuste em atendimento e observação desta norma.

a) Saldos Patrimoniais

	31/12/2018 Custo	31/12/2018 Amortização acumulada	31/12/2018 Líquido	31/12/2017 Custo	31/12/2017 Amortização acumulada	31/12/2017 Líquido
Software	427.866	(400.684)	27.182	419.134	(364.447)	54.687
Total	**427.866**	**(400.684)**	**27.182**	**419.134**	**(364.447)**	**54.687**

b) Movimentação

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Amortizações	31/12/2018
Software	54.687	8.810	(3)	(74)	(36.238)	27.182
Total	**54.687**	**8.810**	**(3)**	**(74)**	**(36.238)**	**27.182**

	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferência entre contas	Amortizações	31/12/2017
Software	78.732	21.150	(46)	–	(45.149)	54.687
Total	**78.732**	**21.150**	**(46)**	**–**	**(45.149)**	**54.687**

23. FORNECEDORES: São apropriados pelo efetivo recebimento de bens e serviços, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

	2018	2017
Circulante	148.417	133.931
Não Circulante	207	324
	148.624	**134.255**

24. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS: A Companhia provisiona os salários, férias, honorários e programa de participação dos resultados a pagar adicionados aos encargos sociais correspondentes, tais como, FGTS, INSS, contribuição sindical, além das contribuições de Cofins e Pasep pelo regime de competência.

	2018	2017
Férias	28.511	28.449
Programa de Participação dos Resultados	19.950	18.583
Contribuições Sociais a Recolher	12.318	11.659
Salários e Encargos Sociais	9.675	6.184
Honorários	160	154
Outros	–	182
	70.614	**65.211**

25. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTE: Compreendem:

(I) Impostos a Recolher (IR, INSS e ISS) - composto pelo passivo da Companhia a pagar referente impostos retidos na fonte e dos calculados sobre o faturamento.

(II) Contas a Pagar - são valores a liquidar de instituições financeiras que fazem transações consignadas em nossa folha de pagamento e mensalidade sindical, tais valores são liquidados no dia útil seguinte ao processamento das referidas informações e depósitos em cauções que são garantias constituídas em espécie por fornecedores para assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais.

	2018	2017
IR a Pagar/Fonte	8.310	7.380
INSS a Pagar/Fonte	3.293	2.658
ISS a Pagar	1.155	2.104
ISS a Pagar/Fonte	3.095	1.238
Contas a Pagar	884	1.302
	16.737	**14.682**

26. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS: De acordo com a faculdade prevista na Lei Federal nº 9.249/95, a Companhia calculou os juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação vigente, respeitando o limite de variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) vigente no exercício, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. No montante de R$ 33.213 mil (R$ 15.273 mil em 2017), os juros sobre o capital próprio são demonstrados diretamente no Patrimônio Liquido, em contrapartida ao passivo circulante, conforme disposto no item 15 da NBC TG 9:

	2018	2017
Juros Sobre o Capital Próprio	33.213	15.273
Juros Sobre o Capital Próprio a pagar de exercícios anteriores	122	69
(–) Adiantamento pago aos acionistas	(4.714)	(4.495)
	28.621	10.847

A legislação fiscal permite que as Companhias procedam ao pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratarem esses pagamentos como despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Deste modo, os impostos foram reduzidos em R$ 11.027 mil, aproximadamente, em decorrência da dedução dos juros sobre o capital próprio (benefício fiscal).

O Estatuto Social e a Política de Dividendos da Companhia asseguram um pagamento mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme preconizado pela legislação societária. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos e o saldo a pagar:

	2018	2017
Resultado Líquido	59.707	27.050
(–) Constituição Reserva Legal	(2.986)	(1.352)
Resultado Líquido ajustado	56.721	25.698
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%):		
Juros Sobre o Capital Próprio	14.180	6.424
Adiantamento pago aos acionistas:		
Juros Sobre o Capital Próprio	(4.714)	(4.495)
	9.466	**1.929**

A Assembleia Geral da Companhia, realizada em 25 de abril de 2018, aprovou a distribuição de 59,43% do lucro líquido ajustado apurado no exercício de 2017, no montante R$ 27.050 mil, dos quais R$ 1.352 mil foram destinados para Reserva Legal, R$ 6.424 mil distribuídos a título de dividendos obrigatórios (sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio), R$ 8.849 mil distribuídos a título de dividendos adicionais (também sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio) e R$ 10.424 mil como Reservas de Lucros. A Reserva de Lucros no valor de R$ 10.424 mil foi incorporada ao Capital Social conforme deliberação em reunião do Conselho de Administração realizada em 29/11/2018 e prévia na reunião do Conselho Fiscal realizada em 27/11/2018.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: Com base na análise individual dos processos ajuizados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas e cíveis no Passivo Não Circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos trabalhistas e cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo de que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia.

	Saldo em 31/12/2017	Adições (I)	Baixas/ Reversões (II)	Atualização Monetária (III)	Saldo em 31/12/2018
Trabalhistas	11.773	6.373	7.904	–	10.242
Cíveis	4.201	253	4.175	–	279
Total	**15.974**	**6.626**	**12.079**	**–**	**10.521**
	Saldo em 31/12/2016	**Adições (I)**	**Baixas/ Reversões (II)**	**Atualização Monetária (III)**	**Saldo em 31/12/2017**
Trabalhistas	13.353	2.669	4.327	78	11.773
Cíveis	528	4.427	757	3	4.201
Total	**13.881**	**7.096**	**5.084**	**81**	**15.974**

(I) Correspondem ao complemento das provisões para riscos trabalhistas e cíveis, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuadas pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Despesas Gerais e Administrativas", na Demonstração do Resultado.

(II) Representadas pela reversão de provisão para riscos trabalhistas e cíveis em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Companhia, inclusive da mudança de tratativa por decisão da administração (Reunião da Diretoria nº 1868/00622 em 19/09/2018) e deixa de ser registradas as ações possíveis nas demonstrações contábeis, seguindo exclusivamente a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25.

(III) Os registros até o exercício de 2018 são atualizados monetariamente pela TR mensal, desde 2017 a TR está zero.

Processos trabalhistas

As ações trabalhistas quando iniciadas são consideradas com probabilidade de perda possível. Foram criados critérios de provisionamento dos processos conforme a fase (processo novo, decisões de mérito e execução), as ações são reclassificadas com probabilidade de perda provável, possível ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. As ações trabalhistas propostas por empregados atuais e desligados da Prodesp, bem como de suas prestadoras de serviços, correspondem à discussão de inúmeras verbas, tais como: diferenças salariais e de horas extras; equiparação salarial; reintegração; plano de saúde; multas normativas; e benefícios previstos em convenções coletivas, dentre outras.

Em 31 de dezembro, a provisão registrada para perdas **Prováveis** em ações trabalhistas foi de R$ 10.242 mil, além do montante de R$ 5.426 mil de causas Possíveis não contabilizadas.

Processos cíveis

Em 31 de dezembro, a provisão registrada para perdas **Prováveis** em ações cíveis foi de R$ 279 mil, além do montante de R$ 5.689 mil de causas Possíveis não contabilizadas.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) CAPITAL SOCIAL: Na Assembleia Geral realizada dia 25 de abril de 2018, foi deliberado o saldo dos Lucros Retidos de R$ 10.424 mil para constituição da Reserva de Lucros. Em 29/11/2018, de acordo com ata de reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a integralização dos R$ 10.424 mil (179.915.311 novas ações) ao Capital Social, representado por 9.457.288.806 (9.277.373.495 em 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, conforme segue:

Resumo 2018	
Quantidade de Ações em 31/12/2017	9.277.373.495
Incorporações aprovadas na reunião do Conselho de Administração dia 29/11/2018	179.915.311
Total - Nova Quantidade de Ações a partir de 29/11/2018	**9.457.288.806**

b) RESERVA DE LUCROS: É constituída por:

(I) Reserva Legal - a razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício até o limite de 20% do capital social e a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social, nos termos do artigo 193 caput e § 1º da Lei Federal nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital ou compensar prejuízos, porém não poderá ser utilizada para distribuição de dividendos.

(II) Lucros Retidos - apurado no exercício de 2018 o valor de R$ 23.508 mil correspondente ao lucro líquido do exercício remanescente após deduções legais e caberá a Assembleia Geral deliberar sobre sua destinação. O saldo de R$ 10.424 mil referente ao exercício de 2017 (deliberado em Assembleia Geral de 25/04/2018 como Reserva de Lucros) foi deliberado para aumento do Capital Social conforme ata de reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de novembro de 2018.

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	59.707	27.050
(–) Reserva Legal (5% do L.L.)	(2.986)	(1.352)
(–) Juros s/Capital Próprio e Dividendos	(33.213)	(15.273)
Lucros Retidos	**23.508**	**10.424**

c) AÇÕES EM TESOURARIA: Refere-se às "Ações em Tesouraria", pelo resgate das 7.760 ações nominativas da Prodesp, em decorrência da mudança jurídica de empresa de economia mista para empresa pública.

	Quantidade de ações	R$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.282	0,1
Ações em Tesouraria	7.760	0,4
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**9.042**	**0,5**

29. COBERTURA DE SEGUROS: A Companhia adota uma política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Os valores são estabelecidos a fim de aproximar o valor segurado aos preços de mercado dos bens, considerando-se a natureza de suas atividades, bem como a sua gestão de riscos. Além de manter seguros que cobrem, entre outros, incêndio, demais danos aos bens e seguro de responsabilidade contra terceiros, adicionalmente, também mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e gerentes ("seguro D&O"). A Companhia contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais.

A cobertura dos principais seguros da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, está demonstrada a seguir:

Ramo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edificações, máquinas, equipamentos e utensílios	Empresarial/Master (multirrisco)/Incêndio/Roubo	314.410
Veículos	Incêndio/Furto/Colisão	130
Acidentes pessoais coletivos	Morte/Invalidez	232
Seguro de vida em grupo	Morte/Invalidez	25.024
Responsabilidade de Executivo (D&O - Directors and Officers)	Responsabilidade Civil	10.000

30. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item 4.1 da sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16, disponível em http://www.prodesp.sp.gov.br/governanca-corporativa.asp.

a. Saldos a Receber

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica "Contas a Receber de Clientes", no Ativo Circulante e Não Circulante, detalhados no item 12 destas Notas Explicativas.

CIRCULANTE

	2018	2017
Administração Direta	148.451	149.252
Administração Indireta	13.538	15.147
Convênio Poupatempo	170.111	102.801
	332.100	**267.200**

NÃO CIRCULANTE

	2018	2017
Administração Direta	4.350	3.269
Administração Indireta	1.565	1.564
	5.915	**4.833**

b. Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrados na rubrica "Outras Contas a Receber", no Ativo Circulante, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2018, as notas de débitos de funcionários cedidos pela PRODESP a outras entidades estaduais somaram R$ 9.340 mil (em 2017 - R$ 11.784 mil).

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE 2018

PRODESP
Tecnologia da Informação

A composição dos saldos a receber referente a funcionários cedidos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Secretaria de Fazenda e Planejamento	1.559	400
Secretaria de Governo	199	176
Instituto de Assist. Médica ao Servidor Público Estadual	109	86
Secretaria de Segurança Pública	75	67
Cia do Metropolitano de São Paulo	63	–
Casa Civil	61	49
Secretaria da Saúde	54	196
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	43	61
Secretaria de Desenvolvimento Social	39	167
Cia de Saneamento Básico do Estado de SP	33	–
Tribunal de Contas do Estado de SP	22	35
Secretaria de Desenv. Econômico, Ciência e Tecnologia	17	–
Departamento Estadual de Trânsito	–	381
Secretaria de Logística e Transportes	–	66
	2.274	**1.684**

c. Serviços prestados para partes relacionadas

Em 2018, o montante dos serviços prestados pela PRODESP para partes relacionadas atingiu o valor de R$ 850.924 mil (em 2017 - R$ 857.532 mil).

	2018	2017
Administração Direta	725.345	721.411
Administração Indireta	125.579	136.121
	850.924	**857.532**

d. Serviços prestados por partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía em aberto o montante de R$ 167 mil e R$ 468 mil a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por partes relacionadas:

	2018	2017
Cia. Paulista de Obras e Serviços - CPOS	148	399
Imprensa Oficial do Estado de SP - IMESP	19	69
	167	**468**

e. Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Parecer CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) nº 001/2018, baseada no desempenho e competitividade de mercado, relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária. Para o período de abr/2018 a mar/2019 foi aprovado na Assembleia realizada dia 25/04/2018, no montante de R$ 4.040 milhões.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos Diretores que é R$ 21.310,65, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal. A remuneração mensal do Comitê de Auditoria fixada em R$ 10.439,52, ambos por profissional.

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano.

Os Benefícios pagos apenas aos Diretores Estatutários - vale-refeição, cesta-básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais. O Prêmio eventual relativo ao lucro pago aos Diretores é evidenciado no Parecer Codec nº 001/2018 e no item 5 da Política de Dividendos da Companhia.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, com os montantes registrados na rubrica "Honorários", foi de R$ 3.254 mil e R$ 2.818 mil para os exercícios de 2018 e 2017, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	2018		2017	
	Número de membros[1]	Remuneração	Número de membros[1]	Remuneração
Conselho de Administração	7	474	9	723
Comitê de Auditoria	3	125	0	–
Conselho Fiscal	4	190	3	144
Diretoria Executiva	5	2.465	5	1.951
Total	**19**	**3.254**	**17**	**2.818**

[1] Número de membros em 31 de dezembro

f. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar

Os saldos a pagar de JCP e dividendos, estão registrados na rubrica "Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos", no Passivo Circulante, detalhados no item 26 das Notas Explicativas.

31. PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV: Em continuidade ao Programa de Demissão Voluntária - PDV, implementado em 2017, o prazo para desligamento dos empregados ocorrerá em até 24 meses (Junho/2019), a critério da Companhia, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão. Foram abertas três janelas para adesão encerrada em 2018, totalizando 142 empregados. Segue demonstrativo das adesões e desligamentos:

Período	Quantidade
Desligados em 2017	65
Desligados em 2018	49
Previsão para 2019	28
Total de Adesões	**142**

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2018, têm sua divulgação autorizada pelo Conselho de Administração conforme ata de reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2019.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES: A Companhia tem adotado um conjunto de ações com o objetivo de promover a readequação da estrutura para enfrentar os desafios impostos pelo atual cenário econômico. Nesta perspectiva foi o Programa de Demissão Voluntária - PDV, conforme detalhado no item 31 das Notas Explicativas, logo restam para se desligar 28 funcionários ao longo do exercício de 2019.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE
SÃO PAULO - PRODESP
Taboão da Serra - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019

AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 'T' SP
Roberto Caldas Bianchessi
Contador - CRC/RS 040078/O-7 'T' SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

O Conselho Fiscal da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP reuniu-se nos termos da legislação vigente e do estatuto da Sociedade, examinar o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, do Movimento das Contas do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas. Baseando-se nos exames e verificações que efetuou mensalmente nos balancetes da Companhia, no relatório final dos auditores independentes e nos esclarecimentos da diretoria, deliberou considerar as referidas Demonstrações Financeiras em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 19 de março de 2019
FELLIPE BABBINI MARMO
JOÃO CARLOS CAMPANILLI FILHO
MARCIO CURY ABUMUSSI
MARCOS D'AVINO MITIDIERI

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da PRODESP - Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

O CAE tem como missão zelar pela boa governança, pela ética corporativa e por um adequado sistema de controles internos de forma a garantir a confiabilidade e a veracidade dos informes produzidos pela empresa, agindo de forma integrada com as decisões do Conselho de Administração e com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

No cumprimento de suas responsabilidades, o CAE não é responsável pelo planejamento ou pela condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis da Companhia sejam completas e exatas e estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Esta é a responsabilidade da Administração e dos auditores independentes.

No cumprimento de suas responsabilidades descritas em seu Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

Resumo das atividades em 2018/2019

No período de 26 de setembro de 2018 (primeira reunião ordinária do CAE após sua instalação) a 31 de dezembro de 2018, o CAE realizou 5 reuniões ordinárias e extraordinárias e em 2019, realizou mais 5 reuniões ordinárias e extraordinárias das quais 2 conjuntas com o Conselho Fiscal para análise das Demonstrações Financeiras de 2018. Nestas reuniões cumprimos diversas pautas tais como Revisão do Regimento Interno do CAE; Atividades da Auditoria Interna; Atividades da Gerência de Conformidade, Código de Conduta e Canal de Denúncias; Licitação de Auditoria Externa para 2018 e para 2019; Intangível, Receitas e Critérios de PCLD - Provisão pra Créditos de Liquidação Duvidosa; Convênio Poupatempo; Plano de Auditoria Interna para 2018 e observações levantadas nos trabalhos executados, entre outros temas.

As reuniões e discussões envolveram além de Conselheiros Fiscais, Membros do Comitê de Ética, Diretores Executivos, Gerentes Executivos, Auditores Internos, Auditores Independentes e Advogados Internos. Os assuntos relevantes foram reportados ao Conselho de Administração, à Diretoria e às Gerências.

Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

As opiniões e julgamentos do CAE dependem das informações que são apresentadas pela Prodesp, em particular dos Administradores, das Gerências de Contabilidade, Jurídica, e demais gerências e superintendências, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o CAE, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão que efetuou - descritos aqui de forma sumarizada - assim como em razão das informações prestadas pela Audilink Auditores Independentes, e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras Auditadas da Prodesp relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Assim, os membros do CAE não possuem ressalvas e recomendam a aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 19 de março de 2019
Angela Aparecida Seixas
Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário e
Membro Independente do Conselho de Administração
João Carlos Castilho Garcia
Marcelo Diniz de Paula Rocha
(Obs: A íntegra deste relatório encontra-se disponível no site da Prodesp).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - João Germano Böttcher Filho (a partir de 25.04.2018)/Saulo de Castro Abreu Filho (até 25.04.2018). **Conselheiros -** Angela Aparecida Seixas - Membro Independente (a partir de 25.04.2018), Carlos André de Maria de Arruda (a partir de 11.01.2019), Carlos Joel Carvalho de Formiga Xavier (a partir de 28.02.2019), Gustavo de Magalhães Gaudie Ley (a partir de 28.02.2019), José Geraldo dos Santos - Membro Independente (a partir de 29.10.2018), Anderson de Oliveira Costa (de 29.10.2018 a 31.01.2019), Carlos Cézar Moretzsohn Rocha (até 25.04.2018), Célio Fernando Bozola (até 11.01.2019), Daniel Eduardo Edelmuth (até 25.04.2018), Emília Ticami (até 25.04.2018), José Eduardo de Barros Poyares (até 25.04.2018), Julio Francisco Semeghini Neto (até 25.04.2018), Luiz Terêncio de Melo Filho (de 10.08.2018 a 31.01.2019), Moacir Rossetti (até 25.04.2018), Patrícia Faga Iglecias Lemos (até 25.04.2018), Rubens de Macedo Soares (de 25.04.2018 a 31.01.2019) e Sérgio Ricardo Ciavolih Mota (de 29.10.2018 a 31.01.2019).

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente - Carlos André de Maria de Arruda (a partir de 14.01.2019)/Célio Fernando Bozola (até 13.01.2019). **Diretor Administrativo-Financeiro -** Murilo Mohring Macedo (a partir de 14.01.2019)/Carlos Roberto Ruas Junior (de 26.06.2018 a 13.01.2019)/Augusto Bezana (até 05.06.2018). **Diretor de Desenvolvimento de Sistemas -** Carlos André de Maria de Arruda (cumulativamente, a partir de 14.01.2019)/Algney Denser Degasperi (até 13.01.2019). **Diretor de Serviços ao Cidadão -** Wagner Coppede (cumulativamente, a partir de 14.01.2019)/Ilídio San Martin Machado (até 13.01.2019). **Diretor de Operações -** Wagner Coppede (a partir de 14.01.2019)/João Henrique Poiani (até 13.01.2019).

Contadora - Roberta Capote Costa - CRC-SP 1SP296.268/O-7